



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A MERITOCRACIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A  
PERSPECTIVA DO DISCURSO NEOLIBERAL:  
O acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas  
universidades públicas do Estado do Amapá**

**MACAPÁ-AP**  
**2012**

**BENEDITO DO SOCORRO FERNANDES PASTANA**

**A MERITOCRACIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A  
PERSPECTIVA DO DISCURSO NEOLIBERAL:  
O acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas  
universidades públicas do Estado do Amapá**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais.

**Orientador: Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão.**

**MACAPÁ-AP**

**2012**

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

### **Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá**

Pastana, Benedito do Socorro Fernandes.

A meritocracia no ensino superior sob a perspectiva do discurso neoliberal: o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas do Estado do Amapá / Benedito do Socorro Fernandes Pastana; orientador Richard Douglas Coelho Leão. Macapá, 2012.

68 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

1. Ensino superior – Amapá. 2. Ensino superior público – Ingresso. 3. Política social. 4. Neoliberalismo. 5. Meritocracia. I. Leão, Richard Douglas Coelho, orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD. 22.ed. 320.51

**BENEDITO DO SOCORRO FERNANDES PASTANA**

**A MERITOCRACIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DO  
DISCURSO NEOLIBERAL:**

**O acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas  
do Estado do Amapá**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais, submetido à Banca Examinadora composta pelos Professores:

**Banca Examinadora**

---

**Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão (Orientador)**

**Instituição: UNIFAP**

---

**Prof. Dr. Manoel de Jesus de Sousa Pinto (Examinador 1)**

**Instituição: UNIFAP**

---

**Prof. Msc. Luciano Magnus de Araújo (Examinador 2)**

**Instituição: UNIFAP**

Apresentado em: 31/10/2012

Conceito: 10 (dez)

**Dedico o presente trabalho aos meus familiares e a todos aqueles que enveredaram pelo caminho das Ciências Sociais.**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que me deu perseverança e sapiência para concluir este trabalho. A Ele, honra, poder e glória para sempre.

Aos meus pais Agnelo Ferreira Pastana e Maria de Fátima Fernandes Pastana, exemplos dignos de vida, que acreditaram firmemente em minha capacidade, impulsionando-me a cada dia e confortando-me nos momentos difíceis.

A minha esposa Kelly Cristine e ao meu filho Cristian Pastana, dádivas de Deus.

Aos demais familiares que souberam compreender a minha ausência em diversos momentos.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais que sempre me mostraram o caminho do conhecimento para a minha formação acadêmica, pessoal e profissional, em particular ao meu orientador Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão pela dedicação e paciência em suas orientações prestadas, colaborando no desenvolvimento das ideias.

Aos acadêmicos da UNIFAP e da UEAP sem os quais seria impossível concluir este trabalho

Aos meus amigos que souberam me incentivar nos momentos de dificuldades.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta monografia.

**“Chegar até ao cimo da montanha e contemplar o imenso vazio do cume pode ser gratificante. Mas nada é superior à árdua caminhada desde o baixo terreno e às dificuldades percorridas nessa viagem, para superar os percalços da subida”.**

***(VALÉRIA QUITÉRIA)***

PASTANA, Benedito do Socorro Fernandes Pastana. **A meritocracia no Ensino Superior sob a perspectiva do discurso neoliberal**: O acesso de estudantes de origem popular nas universidades públicas do Estado do Amapá. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Amapá. Macapá-AP, 2012. 68 f.

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre o ensino superior no Brasil e suas relações com o modo de produção capitalista atrelado ao discurso neoliberal e a prática meritocrática como processo de exclusão social ou de inclusão perversa, pois as Instituições Públicas de Ensino Superior preparam os atores sociais para a formação de um mercado competente. Mediante a isso, percebe-se que existem condicionantes socioeconômicos e culturais, que se constituem como determinantes para o ingresso, a continuação e a conclusão do curso superior. A respectiva pesquisa adotou a perspectiva do materialismo histórico dialético, porquanto as condições de existência humana apresentam-se multifacetadas. Assim sendo, este estudo analisou os condicionantes de estudantes de origem popular nas universidades públicas do Estado do Amapá, bem como a existência de práticas meritocráticas ou de democratização no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meritocracia, Neoliberalismo, Educação Superior.



## **ABSTRACT**

This research aims to reflect about Higher Education in Brazil and its relations with the capitalism, neoliberal discourse and meritocratic principles how process of social exclusion or inclusion, because the public institutions of higher education prepare the academic for the word market. By this, we can be affirming that they are socioeconomic and cultural conditions that are determinants for admission, continuation and completion of undergraduate courses. The present survey adopted the perspective of historical and dialectical materialism, because the conditions of humans are multifaceted. Therefore, this study analyzed the academics of public universities of the state Amapá and the existence of meritocratic principles or democratization about to the access and retention in higher education.

**KEY WORDS:** Meritocratic, Neoliberalism, Higher Education.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>xi</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>xii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NO BRASIL.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Identificação e identidade: a efetivação do ensino no Brasil Colônia.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 Uma nova perspectiva educacional: o processo de dominação das almas durante o governo Joanino.....</b>	<b>19</b>
<b>1.3 O processo de modificação do ensino na dominação das almas durante o Brasil império.....</b>	<b>20</b>
<b>2 MERITOCRACIA NO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Globalização, neoliberalismo e meritocracia no ensino superior.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Ideologia e hegemonia a serviço da lógica do capital.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 O ensino superior no Brasil sob a perspectiva do discurso neoliberal e a prática meritocrática.....</b>	<b>34</b>
<b>2.4 O ensino superior no contexto amapaense.....</b>	<b>38</b>
<b>3 O CENÁRIO DA REALIDADE SÓCIO-EDUCACIONAL AMAPAENSE.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 O acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas do Estado do Amapá.....</b>	<b>43</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>63</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>AP</b>	Estado do Amapá
<b>CEAP</b>	Centro de Ensino Superior do Amapá
<b>CPV</b>	Cursinho Pré-Vestibular
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>EOP</b>	Estudantes de Origem Popular
<b>EUOP</b>	Estudantes Universitários de Origem Popular
<b>FABRAN</b>	Faculdade Brasil Norte
<b>FESAM</b>	Faculdade de Ensino Superior da Amazônia
<b>FAMA</b>	Faculdade de Macapá
<b>FAMAP</b>	Faculdade do Amapá (atual Estácio)
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>IESAP</b>	Instituto de Ensino Superior do Estado do Amapá
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>IMMES</b>	Instituto Macapaense do Melhor Ensino Superior
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>LDB</b>	Leis e Diretrizes de Base da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>SEAMA</b>	Sistema de Ensino da Amazônia (atual Estácio)
<b>SEED</b>	Secretaria de Estado da Educação
<b>SM</b>	Salário Mínimo
<b>UEAP</b>	Universidade do Estado do Amapá
<b>UNIFAP</b>	Universidade Federal do Amapá
<b>UPV</b>	UNIFAP Pré-Vestibular
<b>UVA</b>	Universidade Vale do Acaraú

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução do número de matrículas (presencial e a distância) por categoria administrativa – Brasil – 2001-2010.....	35
Tabela 02 – Estatística básica de graduação (presencial e a distância) por categoria administrativa – Brasil – 2001-2010.....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução do número de matrículas (presencial e a distância) por categoria administrativa (público e privado) – Brasil – 2001-2010.....	36
Gráfico 02 – Faixa etária dos ingressantes na UNIFAP.....	43
Gráfico 03 – Faixa etária dos ingressantes na UEAP.....	44
Gráfico 04 – Frequentou cursinho preparatório para vestibular UNIFAP.....	44
Gráfico 05 – Frequentou cursinho preparatório para vestibular UEAP.....	45
Gráfico 06 – Tipo de estabelecimento que cursou a educação básica/UNIFAP.....	45
Gráfico 07 – Tipo de estabelecimento que cursou a educação básica/UEAP.....	46
Gráfico 08 – Renda familiar mensal/UNIFAP.....	48
Gráfico 09 – Renda familiar mensal/UEAP.....	48
Gráfico 10 – Índice de reprovação/UNIFAP.....	50
Gráfico 11 – Índice de reprovação/UEAP.....	51
Gráfico 12 – Fatores de facilidades de permanência/UNIFAP.....	52
Gráfico 13 – Fatores de facilidades de permanência/UEAP.....	52
Gráfico 14 – Fatores de dificuldades de permanência/UNIFAP.....	53
Gráfico 15 – Fatores de dificuldades de permanência/UEAP.....	53

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a sociedade em que vivemos é regida pelo processo da globalização e pela acirrada competição tanto entre instituições quanto entre indivíduos que por meio da intensificação das informações faz com que os indivíduos entrem em contato e de alguma forma interajam com as dimensões locais, regionais ou globais, os quais se determinam reciprocamente mesclando singularidades e universalidades envolvendo-os numa pluralidade de pertencimento, ou seja, a um conjunto de modelos ideológico-hegemônicos construídos pela civilização ocidental-burguês-contemporânea apresentando um cenário discursivo ao neoliberalismo/meritocracia em um processo relacional, haja vista, os sujeitos sociais estarem imersos em uma rede de relações e significações.

Com efeito, o discurso ideológico da sociedade do conhecimento traz em seu bojo uma reestruturação do campo produtivo, onde o conhecimento é utilizado como estratégia a fim de possibilitar a competitividade no mercado global a fim de atender aos interesses de classe da burguesia para a consolidação da hegemonia por meio da meritocracia.

Desta forma, a lógica meritocrática é um mecanismo eficiente do sistema capitalista de produção, o qual engendra desigualdades sociais por meio da exaltação do individualismo e pela ocultação dos problemas sociais desencadeados pelo referido sistema para a sua manutenção.

A Constituição brasileira de 1988 enfatiza o princípio democrático da igualdade de oportunidades entre os indivíduos dos variados segmentos sociais sem preconceito de cor, etnia, credo, sexo, idade, e outros. Todavia, como falar em igualdade de oportunidades entre os grupos sociais em um país em que as desigualdades sociais são tão evidentes? A priori é necessário reconhecer o valor de cada um na afirmação das peculiaridades (seja em qualquer esfera: social, política, econômica, cultural).

Nessa perspectiva, procura-se ampliar a democratização do âmbito educacional para os segmentos sociais desprivilegiados, tornando-se necessária a iniciativa alusiva à elaboração de políticas públicas que compensem as variantes que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de estudantes de origem popular no processo ensino-aprendizagem, uma vez que, há dificuldades em suportar a demanda econômica do cotidiano de um curso escolar e dissonâncias entre conceitos e valores presentes na escola e na vida cotidiana dos habitantes de comunidades populares. Isso propicia o não oferecimento das mesmas oportunidades para pessoas diferentes, sendo prejudicial.

Com efeito, para que se possa construir uma sociedade realmente democrática torna-se indispensável reconhecer e valorar não as diferenças, mas sim a diversidade presente no contexto educacional, e um primeiro passo, para isso, indubitavelmente, é o reconhecimento das desigualdades existentes.

É notório que a sociedade é constituída de caracteres diversos e tratar as pessoas diferentes com desigualdades é fruto de uma condição histórico-social, uma vez que é produzida de geração-a-geração dentro dos diferentes segmentos sociais.

Nesse contexto, é imprescindível a implementação de políticas de cunho público/social para o vislumbrar da equidade de oportunidades. Desse modo, observa-se que a instituição educacional superior tem um papel fundamental na construção dessas condições, por isso deve enfrentar as crises e barreiras que impeçam a implementação de políticas públicas e sociais que promovam a equidade. Ressalte-se que a admissão ao ensino superior tornou-se o principal interstício para a melhoria das condições e qualidade de vida dos sujeitos de camada popular. Nessa perspectiva os estudantes de origem popular veem o espaço academicista como alternativa para um melhor futuro.

Mediante a isto, se é apresentada à respectiva pesquisa intitulada: A meritocracia no ensino superior sob a perspectiva do discurso neoliberal: o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas do Estado do Amapá.

O interesse em estudar a temática supramencionada surgiu durante o percurso academicista a partir de conversas informais com colegas e amigos alusivas ao processo seletivo das instituições públicas de ensino superior e também pela percepção do crescimento demasiado de instituições privadas de ensino superior nesse Estado.

Nessa linha de raciocínio, a incumbência será a de responder a seguinte problemática: Em que se atribui as práticas pedagógicas utilizadas pelas instituições de ensino superior focalizando o mérito?

As hipóteses formuladas foram às seguintes:

1. Condicionantes socioeconômicos e educacionais são determinantes para o acesso e a permanência nas instituições de ensino superior.
2. A educação enquanto instrumento político para a transformação da realidade social é dominada pelas classes elitistas, uma vez que não interessa ao capitalismo a equanimidade das esferas social-político-econômico-cultural por meio das ascensões das classes dominadas, disso decorrem as dificuldades dos estudantes oriundos de escolas públicas para acompanhar a pragmática lógica meritocrática, bem como, o acesso à universidade se dá com idade acima dos 18 anos por cursarem o ensino médio em escolas públicas (ensino insuficiente).

3. Elevado índice de reprovação em decorrência dos condicionantes supracitados.

O objetivo geral desse estudo foi contextualizar a discussão acerca da universidade brasileira, refletindo as contradições mais agudas da meritocracia excludente, sob a ótica do discurso neoliberal; bem como, analisar as práticas pedagógicas de acesso e permanência de estudantes de origem popular no nível superior por meio da interpretação de dados apresentados pelo perfil dos alunos ingressos na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Universidade do Estado do Amapá (UEAP).

Por especificidade dos objetivos têm-se:

1. Identificar as principais dificuldades tanto para o acesso quanto para a permanência nos diversos cursos ofertados pela universidade;
2. Verificar quais as benesses ofertadas pelo setor de extensão das universidades para a permanência dos estudantes hipossuficientes financeiramente/Identificar se existem políticas públicas voltadas para atender a demanda dos alunos;
3. Averiguar se existem práticas meritocráticas nas universidades públicas do estado.

No que se refere à linha de pesquisa, adotou-se o materialismo histórico dialético, pois essa teoria observa a relação entre economia e educação, haja vista possibilitar uma releitura dos fenômenos sociais.

Diante disso, optou-se por uma pesquisa quantitativa e qualitativa, tendo como finalidade conhecer, no que tange a meritocracia, sua forma de atuação, de acordo com o tema proposto, contendo a análise de conteúdo como suporte para fundamentar a teoria em um contexto sócio-ideológico-educacional, sendo que este estudo foi embasado no caráter analítico-crítico por meio da análise de conteúdo da pesquisa de campo.

Em relação às técnicas e procedimentos as entrevistas foram semiestruturadas por meio de roteiros que foram aplicados nos dias 10 de março de 2012, bem como foi aplicado 50 questionários semifechado aos estudantes em cada uma das universidades do Estado do Amapá de forma aleatória probabilística. Ressalte-se que nessa pesquisa o público-alvo será identificado somente por meio da instituição, as quais pertencem a fim de se resguardar o valor ético.

Para a consecução do objetivo, o presente trabalho foi seccionado em três capítulos: no primeiro abordar-se sobre a contextualização histórica de ensino no Brasil. No segundo capítulo foi-se destacado a relação triádica entre capitalismo/neoliberalismo e meritocracia alusivos ao ensino superior, onde são citados numa relação dialógica autores como Marx & Engels, Weber, Gramsci, Bourdieu, Althusser, Gadotti, Jesus, Seiffert & Hage, Gentili, Frigotto, Sobrinho entre outros. E finalmente, o terceiro capítulo foi dedicado à análise do



*corpus* coletado nas Instituições Públicas de Ensino Superior, assinalando à relação entre os fatos averiguados e a teoria.

# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NO BRASIL

## 1.1 Identificação e identidade educacional: A efetivação do ensino no Brasil colônia

No cenário brasileiro os primeiros ensaios da educação institucionalizada iniciaram com os jesuítas. Esse grupo irá efetivar um conjunto de práticas pedagógicas para catequizar os nativos por meio de um processo de socialização-civilização e educar os filhos dos colonos lusitanos. Neste nexo de disposição, cultivada pelas ordens religiosas pode-se analisar a educação no período colonial, desde a vinda da Companhia de Jesus ao Brasil em 1549, até a sua expulsão pelo marquês de Pombal em 1759.

Desta forma, ao aportar em terras brasileiras Portugal não possuía a intenção de implantação de estabelecimento de ensino superior, mas sim de fiscalizar e defender o território recém-descoberto. Desta forma, pretende-se refletir a questão do ensino a partir do referencial de historicidade da instrução no Brasil: o paradigma educacional constituído pelos jesuítas.

Em princípio os jesuítas pretendiam reconquistar o terreno perdido pelo protestantismo. Porém, mais importante que isso era impedir que o protestantismo fizesse adeptos entre as “almas não convertidas” dos aborígenes. A companhia de Jesus não tinha exatamente interesses humanitários ao proteger os nativos da violência dos brancos: dominavam-nos culturalmente, facilitando sua submissão pacífica à colonização europeia através da conversão religiosa. Assim sendo, a educação e a moral na colônia estavam sob domínio dos jesuítas.

Então, Seriam os eclesiásticos jesuítas meros dominadores da população? Dar ares de que a influência às almas impetrava extraordinária desenvoltura, o que se caracteriza como teor ideológico, haja vista, que a partir da inauguração do sistema de ensino jesuítico a educação de elite ocasionou o processo de exclusão educacional, e conseqüentemente atingiu os campos sociais, políticos, econômicos e culturais marginalizando a sociedade colonial, pois,

O ensino jesuítico, por outro lado, conservado à margem, sem aprofundar a sua atividade e sem preocupação outras senão as do recrutamento de fiéis ou de servidores, tornava-se possível porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelo a ele. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava (SODRÉ, 1994 apud ALMEIDA & TEIXEIRA, 2000, p. 39).

Nesse sentido, pode-se intuir o sistema educacional implantado pela Companhia de Jesus quão veementemente possuindo um teor ideológico por meio da tradição alienante do referido grupo, sendo propositado o ensino superficial, em prol da formação de uma cultura básica resignada aos princípios da religiosidade.

Com efeito, a célere propagação da instrução loyolista expõe que a sociedade colonial esteve, durante todo o período de constância dos inicianos, no Brasil, apartada do processo de secularização, que perpassava a Europa, restringida, portanto, aos clérigos causídicos do domínio intelectual e de cultura geral. Ressalte-se que a igreja representava o “espírito” de dominação, mediante um mecanismo de direção intelectual, tal qual o capitalismo o faz na contemporaneidade por meio do *ethos* economicista.

Diante do exposto, nota-se que esses méritos, na realidade, convergiam para um único objetivo – a manutenção do *status quo*. Com efeito, “a vocação dos jesuítas era outra certamente, não a educação popular primária profissional, mas a educação das classes dirigentes” (AZEVEDO, 1996, apud ALMEIDA & TEIXEIRA, 2000, p. 42). Nesse contexto, o povo foi excluído do sistema educacional dos jesuítas. A educação elitista possuía seu público alvo, e servia como patamar de ascensão de status social.

A conjuntura do sistema colonial evidencia um caráter dualístico: A classe dominante (cultura intelectual alienante) e a subalterna (cultura alienada), caracterizando a ação educativa como meio de assujeitamento ideológico. Deste modo, percebe-se que as formações ideológicas constituídas remetem-se a materialidade no que concerne ao campo econômico, político e cultural. Dessa forma, pode-se afirmar que os loyolistas cumpriram a risca o seu papel de manipuladores, não permitindo possibilidades de mudanças por meio de sujeitos da camada popular. Estes não tendo o porquê e nem o que questionar. A dominação se dá dessa forma.

É evidente que ocorreram determinadas mudanças no cenário colonial brasileiro devido à difusão de ideais de caráter iluminista. E isso se deu mais especificamente, com o Marquês de Pombal, que implementou uma série de reformas na colônia, entre elas destaca-se a expulsão, em 1759, a Companhia de Jesus do Reino e seus domínios. Tal fato deveria culminar na extinção da educação religiosa e implantação da educação laica por meio de aulas régias. Assim sendo: “É, pois, toda a estrutura do ensino que entra em derrocada; a reforma pombalina, que decorre de necessidades ligadas à expulsão dos jesuítas, não cria estrutura nova, limitando-se a prescrições gerais” (SODRÉ, 1994, apud ALMEIDA & TEIXEIRA, 2000, p.45-46).

Em suma, nessa pequena abordagem historiográfica, pode-se verificar como a sociedade se estruturou no que se refere ao campo educacional no período jesuítico, pois foi notória a disposição de atenuar qualquer movimento reivindicatório à inclusão no sistema escolar, o que pode ter ocasionado uma desordem nos nortes da história da educação no Brasil. Ressalte-se que a distinção social já era presente no período colonial.

## **1.2 Uma nova perspectiva educacional: O processo de dominação das almas durante o governo Joanino**

Com o advento de D. Joao VI para a colônia e a disposição do ensino superior nasce às aulas régias, os cursos e as academias em resposta as necessidades militares da colônia e em consequência da instalação da Corte no Rio de Janeiro.

Evidencia-se, portanto, um ensino assistencialista, como não poderia deixar de ser pelos motivos alusivos à questão do trabalho e do aprendizado para os afazeres de caráter compulsório numa estrutura escravocrata. Havia como desígnio explícito “socorrer a subsistência e educação de alguns artistas e aprendizes vindos de Portugal, conforme decreto do príncipe regente” (FONSECA, 1986, p. 117). Algumas outras medidas governamentais vieram somar-se a essa: uma companhia de artífices no Arsenal Real do Exército (1810), a instituição do aprendizado na Real Impressão (1811), a Carta Régia de 1812 que “manda formar uma escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros para se ocuparem de preparar fechos de armas”, (FONSECA, 1986, p. 117), na capitania das Minas Gerais, onde ainda tem lugar à aprendizagem de lapidação de diamantes e uma tentativa não de todo exitosa de estabelecer o ensino têxtil.

Estes cursos representam os primeiros passos do Ensino Superior no Brasil, seguindo as necessidades reais do país, mesmo que a preocupação seja basicamente profissionalizante, assegurando a distinção entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Em face disso,

O período joanino ainda vê o desenvolvimento de aprendizagem nos “trens” militares, que eram oficinas para fabricação e reparo de equipamentos de armas, a permuta para a Coroa do Seminário de São Joaquim, para o aquartelamento de tropa e a instalação de um Corpo de Artífices Engenheiros e a criação do Seminário dos Órfãos da Bahia, em 1819, a ser instalado e mantido com o produto das loterias (CASTANHO, s.d., p. 10-11).

Contudo, o período joanino evidencia uma transposição na forma de perceber as necessidades que se apresentam em um Brasil extremamente atrasado. Não se produzia lufas e o ensino regular, profissional e universitário era onipresente, o conhecimento, portanto, com o período joanino requer formulação imediatista, que é representado por um novo enfoque para supri a necessidade deparada pelo príncipe regente. Ressalte-se que a educação no Brasil conhece um momento de iluminação no campo das artes e das ciências humanas, solidificando uma formação profissional especializada para alguns artífices de amplitude urgência no desenvolvimento da indústria, impulsionada com o rol comercial com a Inglaterra e a necessidade de produtos e bens manufaturados.

### **1.3 O processo de modificação do ensino na dominação das almas no Brasil império**

Somente no Império acontece a inauguração do Ensino Superior e o preparo dos “cidadãos” para assumirem funções no serviço público, enquanto que excluído desse processo permanecia o povo.

Consequentemente, a organização do trabalho e a educação para o seu exercício não açambarcou grandes impactos. Mesmo a educação academicista sofrerá raras mudanças, as mais notáveis dizendo respeito ao ensino superior, onde se adota certa postura profissionalizante, feita ao bacharelismo, no esquema imperial brasileiro.

Com efeito, foi-se cogitada a possibilidade da criação de uma legislação indicada a instrução, com a finalidade de organizar a educação nacional.

Para dar conta dessa medida em determinar uma lei específica para a educação nacional, a Legislatura de 1826 promoveu muitos debates sobre a educação popular, considerada premente pelos parlamentares concretizada a partir das escolas de primeiras letras.

Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias. Todavia, os relatórios do Ministro do Império Lino Coutinho de 1831 a 1836 denunciaram os poucos resultados da implantação da Lei de 1827, mostrando o mau estado do ensino elementar no país. Argumentava que, apesar dos esforços e gastos do Estado no estabelecimento e ampliação do ensino elementar, a responsabilidade pela precariedade do ensino elementar era das municipalidades pela ineficiente administração e fiscalização, bem como culpava os professores por desleixo e os alunos por vadiagem. Admitia, no entanto, que houve abdicação do

poder público quanto ao provimento de recursos materiais como os edifícios públicos previstos por lei; livros didáticos e outros itens (NASCIMENTO, s.d., p. 03-04).

Prova disso, é que o entusiasmo inicial com a educação popular detia-se não somente nas condições reais do país, mas no discurso ideológico do governo que afirmava estar preocupado, em levar a educação a toda população, mas tal qual na atualidade não fornecia capital econômico e cultural para as condições necessárias para o desenvolvimento da educação.

Para compreender esta estrutura de poder na sociedade imperial, é imprescindível considerar a condição de interação entre os agregados públicos e a classe dirigente como um todo. Além disso, a elite política e administrativa procedia das classes mais favorecidas da sociedade, ou seja, descendiam da elite econômica e política. Este foi um elemento basilar de socialização e homogeneização da administração pública, sendo o:

Elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial foi à educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia em consequência um núcleo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a independência, na Universidade de Coimbra e após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica (CARVALHO, 1997, p. 55).

Essa era uma prática e, ao mesmo tempo, característica do Império brasileiro. O Estado formava seus quadros utilizando pessoas oriundas da camada mais favorecida da sociedade, prestando-lhes um treinamento para as funções burocráticas e administrativas, garantindo dessa forma um grau satisfatório de homogeneidade e uma identidade ideológica.

Ao pensar a história da educação brasileira pela perspectiva da centralização e hierarquização política, social e administrativa, faz-se necessário rever a própria função da educação, enquanto fator definidor de uma política educacional no Império, principalmente se o objeto central é a instrução elementar.

Com efeito, a educação foi o fator ideológico e social da diferenciação e desigualdade da camada superior da sociedade para a camada popular. Nessa perspectiva, pode-se perceber que a educação cumpriu o objetivo de preparar os indivíduos para uma submissão à hierarquia superior e para atender o modo de produção.

Essa teia de relações sociais e de distribuição de poderes por meio do consenso em que se constituiu o ensino e na estrutura administrativa do Império convergia para um único

objetivo: disciplinar e ordenar os indivíduos, tornando-os obedientes. É esse viés ideológico que estabelece a conquista da hegemonia pelo grupo dominante.

Esse contexto é fundamental para compreender as relações de poder no Brasil imperial. A estratificação hierarquizada e concentração do poder no grupo hegemônico eram à base da política imperial formando desigualdades sociais e econômicas e culturais.

Assim, a educação objetivava a formação de representantes políticos, o que contribuía para diferenciar os segmentos sociais. A elite teria por finalidade o enriquecimento somente mediante o domínio e uso do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, acentuando ainda mais o caráter elitista da educação do período imperial.

Desse modo, pode-se dizer que a educação imperial apresentava caráter dualístico ao reforçar a hegemonia no bloco dominante, o qual detinha o controle do aparelho estatal, haja vista que:

O descaso com a educação para o povo, embora o Imperador desejasse torná-la acessível, prende-se ao fato de que o Imperador era politicamente impotente face às investidas externas do imperialismo inglês e das investidas internas das elites rurais escravocratas e reacionárias. O governo imperial, cômico de sua impossibilidade política ao delegar a sua responsabilidade com o ensino primário à aristocracia rural brasileira, estava aceitando, passivamente o atraso. Em síntese o Brasil imperial não investia na educação da classe trabalhadora, pois tinha que pagar juros da dívida externa com a Inglaterra, dona do capital centralizado e, também, porque a aristocracia rural brasileira priorizava a educação para a formação de seus intelectuais com fins de representatividade política, discriminando o trabalho intelectual do trabalho manual com vistas à organização e consolidação do capital (SILVA & MAZZUCO, 2005, p. 04-05).

Dentro desta conjuntura, a maioria da população continuava analfabeta. Poucos alunos chegavam ao ensino secundário e à universidade, um privilégio apenas a elite, porquanto, na proclamação da Independência o governo se preocupou em formar os alunos e os futuros cidadãos, apesar de estes serem exclusivamente os descendentes de homens livres, ou seja, a elite dirigente do país, expondo ideia fixa em criar escolas superiores e regulamentares e o acesso às mesmas. Até a Proclamação da República pouco se fez de concreto pela educação:

No final do Império, o quadro geral do ensino era de poucas Instituições Escolares, com apenas alguns liceus províncias nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades, cursos normais em quantidade insatisfatórias para as necessidades do país. Alguns cursos superiores quem garantiam o projeto de formação (médicos, advogados, de políticos e jornalistas). Identificando o grande abismo educacional entre a maioria da população brasileira que, quando muito, tinham uma casa e uma escola, com uma professora leiga para ensinar os pobres

brasileiros excluídos do interesse do governo Imperial (NASCIMENTO, s.d., p. 06-07).

No final do império do Brasil, a demanda por ensino superior cresceu significativamente como via de ascensão social mobilizada pela necessidade de formação de quadros administrativos pelo Estado a fim de prover o desenvolvimento econômico e social do país. Para isto, era preciso mão-de-obra preparada, escolarizada e o Brasil, com sua economia baseada na agricultura, na exploração bruta do trabalho, não atingia as exigências dos interesses externos. A ascensão do ensino superior também era requerida devido ao *status* pessoal e profissional conferido ao diplomado. Assim sendo, a fim de atender as novas exigências de organização da educação pública no país que se inclinava para as ideias de “modernidade liberal”, pois,

A presença do Estado na educação no período imperial era quase imperceptível, pois estávamos diante de uma sociedade escravagista, autoritária e formada para atender uma minoria encarregada do controle sobre as novas gerações. Ficava evidenciado a contradição a lei que propugnava a educação primária para todos, mas na prática não se concretizava (...) (NASCIMENTO, s.d., p. 05-06).

Dentro deste panorama, ante os diversos conflitos, o Brasil perpassa a republicano com a libertação dos escravos para atender a demanda do mercado internacional. Paralelo a isso, são incentivados discursos políticos e ações pouco profundas para extirpar o analfabetismo no país.

Essa lógica está inserida não no contexto local, mas sim no contexto global em que o imperativo é o capitalismo sob a perspectiva do discurso neoliberal em conjunto a prática meritocrática atrelado à educação, sobretudo a educação superior com o objetivo da formação de um mercado competente para a eficiência do mercado.



## 2 MERITOCRACIA NO ENSINO SUPERIOR

### 2.1 Globalização, neoliberalismo e meritocracia no ensino superior

Na contemporaneidade, a sociedade em que vivemos é regida pelo processo da globalização e pela acirrada competição tanto entre instituições quanto entre indivíduos. Assim sendo, o discurso ideológico da sociedade do conhecimento traz em seu bojo uma readequação do campo produtivo, onde o conhecimento é utilizado como estratégia a fim de possibilitar a competitividade no mercado global, tendo como *locus* a universidade. Dessa forma, a admissão ao ensino superior tornou-se o principal interstício para a melhoria das condições e qualidade de vida dos sujeitos de camada popular. Nessa perspectiva os estudantes de origem popular veem o espaço academicista como alternativa para um melhor futuro.

Observa-se que o liberalismo valoriza aprioristicamente o individualismo corroborando como um eficiente mecanismo de exclusão social ou de inclusão perversa nas instituições de ensino, sobretudo nas instituições de ensino superior (IES). Destarte, a universidade pública enquadra-se, indubitavelmente, na lógica meritocrática que justifica o não acesso à universidade como sendo de responsabilidade dos próprios sujeitos porquanto não se constituíram como competentes:

A questão do mérito, na perspectiva liberal, põe sobre os indivíduos a responsabilidade exclusiva pelos resultados de suas vidas, ignorando quaisquer outras variáveis, de modo que, o sucesso ou o fracasso dos indivíduos são diretamente proporcionais aos talentos, às habilidades e ao esforço de cada um, independentemente do contexto histórico, social, econômico e cultural desses próprios indivíduos. A defesa do mérito individual assim descrito evidencia a disseminação da ideologia liberal e neoliberal que combate o Estado promotor de políticas públicas, aquele que tem como atribuição a responsabilidade coletiva pelo destino dos menos favorecidos. Essa é a ideologia que reafirma o desempenho individual como critério único, legítimo e desejável de ordenação social das sociedades modernas (VALENTIM, 2006, p. 11).

Nessa perspectiva, a construção de uma sociedade equânime depende de uma reestruturação no campo educacional a fim de que haja o desvelamento das desigualdades sociais, possibilitando a democratização do acesso e permanência no ensino público por meio da igualdade de oportunidades. Além disso, o acesso à universidade suscita na conjuntura política, uma discussão acerca do ensino superior:

Mesmo em uma sociedade marcada pela heterogeneidade cultural e pela diferença das classes prevalece à competição livre e aberta entre os desiguais, o que, infelizmente, faz aumentar o *gap* cultural, historicamente em construção, entre os atores sociais, reforçando a reprodução social. Dessa maneira, a instituição do exame vestibular, eliminatório e classificatório, para o acesso a um número limitado de vagas em cursos de graduação é, também, uma estratégia velada de reprodução das elites (AZEVEDO et. al., 2008, p. 82).

Desse modo, a educação pode ser considerada como um fator estratégico ligado ao sistema capitalista de produção e das mudanças ocasionadas pela implantação desse sistema. É irrefutável que a lógica burguesa foi a agente de transformação de ajuste do sistema educacional aos princípios do modo de produção capitalista, pois,

O ensino burguês é necessariamente elitista, discriminador. Para que os filhos das classes dominantes possam estudar é preciso reprovar todos os outros... A chamada “evasão escolar” nada mais é do que a garantia para as classes dominantes de que continuarão a se apoderar do monopólio da educação. A escola capitalista é essencialmente divisionista, reprodutora e conspiradora (GADOTTI, 1990, p. 56).

A polarização (foco de interesse) no sistema educacional foi potencial para forjar elites em termos *sui generis*, em determinadas áreas do saber equivalente a existência de uma evidente segregação social, bem como, de profunda injustiça e exclusão social. Entretanto à luz de Seifert e Hage (2008) as desigualdades podem ser minimizadas:

A escola constitui em um espaço privilegiado de crescimento pessoal, intelectual, profissional e social, bem como, de construção de valores, da democracia e da cidadania. Pode, portanto, ser considerada lócus que possibilita reprodução e a superação das desigualdades e hierarquias, de estereótipos, de segregação, e de efeito perversos que esses fenômenos têm sobre os seres humanos. Nesse sentido, ganha cada vez mais importância a discussão sobre as ações afirmativas na educação superior. Ao entendermos que as instituições de ensino superior são espaços de contradição, reprodução e legitimação da ascensão social, que têm favorecido amplamente as elites brasileiras, reconhecendo que se constituem também em arena e via privilegiada de disputa pela democratização da sociedade brasileira, com a participação mais efetiva de movimentos sociais antirracistas e antissexistas, do campo e da cidade, entre outros (SEIFFERT; HAGE, 2008, p. 140 – 141).

Nesse sentido, o ensino superior é um fator imprescindível para a constituição de uma sociedade equalizada, visto que, a universidade representa o patrimônio humano, cultural, intelectual/científico que propõe reflexões sobre a problemática social existente desenvolvendo a criticidade dos atores sociais para a efetiva transformação da realidade social, no que concerne à busca de melhorias.

Todavia, o grupo elitista é que aprende a ter poder de reflexão para a defesa de seus próprios interesses, norteando a massa popular a aprender técnicas de trabalho e também a se manter submissa, visto como,

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunidade imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (...) (BOURDIEU, 2006, p. 10).

Desta forma, a perspectiva bourdiesiana apresenta um redesenho ao interpretar a realidade da instituição escolar. De tal modo, a instituição escolar deixa de ser percebida como transformadora da realidade social que pode garantir a igualdade entre os diferentes segmentos sociais e; então, se torna compreensível que a escola é mera reprodutora e legitimadora das desigualdades sociais, porquanto,

(...) É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 2006, p. 11).

A teoria da reprodução social elucubra a relação entre o sistema social e o sistema educacional, enfatizando que o fator social (herança familiar<sup>1</sup>) influencia diretamente o percurso acadêmico e profissional do indivíduo. Nota-se que as diferenças de resultados na conquista de determinados objetivos são atribuídas aos resultados e méritos dos mais competentes, dos melhores. Entretanto, sabe-se, na verdade, que o sucesso ou o fracasso depende necessariamente da aproximação ou distanciamento entre a cultura familiar e a cultura academicista. Nesta conjuntura, a eventualidade escolar (sucesso ou fracasso) e o conformismo consequente estão intrinsecamente vinculados às propriedades econômicas, políticas, sociais e culturais. Dessa maneira, processos de seleção, como por exemplo, o vestibular, adequados aos princípios do capitalismo/neoliberalismo/meritocracia assentam como máscaras para justificar as indiferenças e desigualdades. Neste aspecto, determinados indivíduos idealizam a universidade como um meio eficaz para ascender socialmente em

---

<sup>1</sup> A herança familiar pode ser compreendida como a origem social dos indivíduos, como por exemplo, etnia, gênero, classe social, entre outros.

*status*<sup>2</sup>, ter reconhecimento perante a sociedade e serem valorados pelo sistema capitalista. Entretanto, o *status* social apresenta-se assegurado por normas na estratificação social hierarquizada em que:

A posição social real do funcionário é, normalmente, mais elevada quando, como ocorre nos velhos países civilizados, predominam as condições seguintes: uma forte procura de administração por especialistas; uma diferenciação social forte e estável, vindo o funcionário predominantemente, das camadas sociais e economicamente privilegiadas devido à distribuição social do poder; ou quando o custo do treinamento necessário lhe impõe obrigações. A posse de diplomas educacionais está habitualmente ligada a qualificação para o cargo. Naturalmente, essas certidões ou diplomas fortalecem o “elemento estamental” na posição social do funcionário (WEBER, 1982, p. 233).

Nitidamente, torna-se perceptível que a universidade, é apresentada como meio para ascensão social, mas a possibilidade dos segmentos sociais de origem popular em obter a acessibilidade na instituição universitária é raríssima em nível nacional. Assim sendo, as condições iguais de oportunidades diferem pelo mérito de cada um na realização do processo seletivo vestibular, posto que:

Historicamente em todo o mundo, o processo de entrada no ensino superior apresentou caráter de seletividade, maior no passado e menor depois que se iniciou o movimento pela democratização social do ensino. Se a universidade era tida como lugar de formação de elites, ela deveria selecionar os mais aptos e capazes para tal desiderato; se ela era vista como o lugar do cultivo do saber, poucos tinham condições de tempo e de recursos para realizá-los; se ela desejava formar profissionais, exigia um equilíbrio com as demandas do mercado de trabalho; se ela queria romper com o tradicionalismo e admitir os trabalhadores teria que modificar os critérios de entrada. Assim, são diferenciados os modelos universitários, a nível mundial de estabelecer os requisitos para entrar nos cursos superiores (WANDERLEY, 1985, p. 54-55).

Destarte, historicamente, em decorrência de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, os indivíduos de origem popular dificilmente conseguem ingressar e/ou permanecer no ensino superior. Da mesma maneira, a educação é um instrumento utilizado pela lógica capitalista neoliberal:

---

<sup>2</sup> Status adquirido: depende do esforço e do aperfeiçoamento pessoal. Por mais rígida que seja a estratificação de uma sociedade e os numerosos status atribuídos, há sempre a possibilidade de o indivíduo alterar o seu status através de habilidade, conhecimento e capacidade pessoal. Esta conquista do status deriva, portanto, da competição entre pessoas e grupos, e constitui vitória sobre os demais. (Fonte: Dicionário de sociologia. Richard Osborne.).

O modelo de educação proposto é cruelmente elitista, mas perfeitamente orgânico às novas demandas do mundo do trabalho flexível na sociedade globalizada. A educação passa a ser encarada como uma política social e se atribui a ela uma importância vital e indispensável, na medida em que a mesma é responsável pela formação do homem neoliberal competitivo, capaz de passar pelas provas que o mercado impõe, e capaz de adaptar-se às suas flexibilidades. Por isso o mercado investe no “Capital Humano”, no indivíduo. A educação deixa de ser encarada como direito e se torna uma mercadoria escrava dos princípios do mercado, atrelada a um reducionismo economicista de sua função (MAGALHÃES e BARBOSA, 2005, p. 53).

Na verdade, a responsabilização pelo sucesso ou fracasso do indivíduo é atribuída a ele próprio. Isso significa dizer que ele é culpado pelo seu despreparo, quando, de fato, ele é vitimizado por esse processo perverso, injusto e excludente que democratiza por meio da seleção dos melhores, dos mais aptos, dos mais habilidosos, dos mais competentes. Assim, pode-se notar por meio do discurso neoliberal que na realidade:

Os pobres são culpados pela pobreza; os desempregados pelo desemprego; os corruptos pela corrupção; os faceados pela violência urbana; os sem-terra pela violência no campo; os pais pelo rendimento escolar de seus filhos; os professores pela péssima qualidade dos serviços educacionais. *O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso social.* Ambos passam a ser considerados variáveis dependentes de um conjunto de opções individuais através das quais as pessoas jogam dia a dia seu destino, como num jogo de *baccarat*. Se a maioria dos indivíduos é responsável por um destino não muito gratificante é porque não souberam reconhecer as vantagens que oferecem o mérito e o esforço individuais através dos quais se triunfa na vida. É preciso competir, e uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam. Dito de maneira simples: a escola funciona mal porque as pessoas não reconhecem o valor do conhecimento; os professores trabalham pouco e não se atualizam, são preguiçosos; os alunos fingem que estudam quando, na realidade, perdem tempo, etc. (GENTILI, 2004, p.7-8).

A meritocracia, tomada como preceito de hierarquização social fundamentada na competência individual pressupõe justiça e igualdade de condições e afirma que os indivíduos diferem exclusivamente pelo mérito. Mas o que seria a meritocracia? Vocábulo que deriva do latim *meritus* – mérito e do grego *krátos* – força, poder, governo passa a ser compreendida como governo dos competentes. Deste modo, os processos de seleção se baseiam no desempenho. Entretanto, cumpre salientar que este desempenho está diretamente vinculado a fatores sociais, econômicos e culturais que determinam quem ocupará posições mais privilegiadas na sociedade. De tal modo, o princípio da mobilidade ascendente será fundamentado no desempenho individual.

A meritocracia ajustada ao discurso neoliberal articula a educação como estando a serviço do indivíduo, pois será por meio do campo educacional que as habilidades desenvolver-se-ão independente da condição econômica.

Essa realidade contrastante evidencia a lógica da meritocracia sob o discurso do neoliberalismo, ideologizando a massa popular a continuar a ter uma educação elitista e excludente. É consensual que a meritocracia no cenário educativo mantém eficácia na seletividade engendrando desigualdades sociais por meio de fatores ideológicos e hegemônicos inerentes a lógica do capital.

## **2.2 Ideologia e hegemonia a serviço da lógica do capital**

Quando se fala na relação triádica capitalismo/neoliberalismo/meritocracia, não se pode ignorar um dos aspectos fundamentais: a ideologia que suscitou variadas discussões, na condição de objeto de estudo, tendo numerosas e diferentes acepções nas reflexões de Bacon, Tracy, Comte, Marx & Engels, Aron, Althusser, Arendt, Manheim, entre outros.

De tal modo, uma das primeiras formulações que versa sobre a ideologia foi postulada por Francis Bacon (1561-1626), em sua obra *Novum organum* (1620), que apesar não utilizar a terminologia ideologia, indicava um procedimento de observação meticulosa, devido à verdade está obscurecida por ídolos, conjunto de ideias errôneas. Posteriormente, o vocábulo ideologia foi denominado por Destutt de Tracy (1754-1836), pensador francês, em sua obra *Elementos de ideologia* (1801) na acepção de “ciência da gênese das ideias”. (TOMAZI, 2007, p. 197).

Outra significação proposta por Auguste-Marie François Xavier Comte (1798-1857), em seu *Curso de Filosofia Positiva* (1830-1842) adotou igualmente a semântica de Tracy – o de conhecimento do desenvolvimento dos dispositivos das ideias, agregando o conjunto das ideias de determinado contexto sociocultural. (TOMAZI, 2007, p. 197).

Entretanto, foi, sobretudo, com Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) na obra *ideologia alemã* (1847) que se referiram à ideologia como um sistema elaborado de representações de ideias que correspondem às formas de consciência que os homens apresentam em determinado período. Nesse sentido, Marx & Engels (2005) afirmam que as ideias dominantes em qualquer época são sempre as das classes que domina a vida material, e, conseqüentemente, a vida intelectual:

As ideias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, com produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias dominantes de um tempo (MARX & ENGELS, 2005, p. 78).

Nesse aspecto, pode-se compreender a ideologia como um conjunto de forças antagonicas inerentes ao *status quo* das classes sociais alusivas a um determinado contexto social-político-econômico-cultural que as tornam heterogêneas.

E dentro desta conjuntura, a ideologia adquire a valoração engendrando a dominação em diversos campos, sobretudo, no educacional, visto que,

Do antagonismo entre as classes, uma delas emerge como dominante, procurando manter o domínio e a direção sobre o conjunto da sociedade através do consenso. Assim, a classe dominante, para se manter como tal, necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam suas formas de dominação. A educação, enquanto pode reproduzir a ideologia dominante, dissimulando as contradições, contribui muito para isso. Em um determinado modo de produção ou sistema social, as ideias dominantes são as ideias da classe dirigente, a educação funcionando, neste caso, como reprodutora da ideologia ou reforço da dominação (JESUS, 1989, p. 43-44).

Sendo assim, a concepção da formação ideológica imbrica-se na materialidade, como por exemplo, a formação do viés ideológico educacional, porquanto a educação é um dos principais fatores em que a ideologia é articulada, pois “não existe uma educação neutra no sentido de ser totalmente desvinculada de fatores ideológicos pertencentes a uma classe” (JESUS, 1989, p. 42).

A ideologia engendrada pela burguesia e reproduzida por todos os segmentos sociais desempenha indispensável função de persuasão, como sendo, singular estrutura social existente. Assim, a classe dominante “é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidades, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas” (MARX & ENGELS, 2005, p. 80).

Esse sistema de ideias faz a sociedade parecer homogeneizada, quando, de fato, possui heterogeneidades em decorrência da estrutura constitutivamente opaca das teias de relações sociais entre os dois grupos específicos e diferentes do modo de produção capitalista.

É dentro dessa conjuntura que os sujeitos da classe dominante controlam, determinam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os sentidos ao campo da realidade social, focalizando a esfera educacional pelo viés hegemônico.

Por hegemonia pode-se compreender o processo pelo qual uma classe dominante propõe uma concepção que desarticule os grupos potencialmente adversários e seja aceita pela classe subalterna. Nesse sentido, para Gramsci, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (JESUS, 1989, p. 59), visto que compreende uma prática de persuasão e de ensino-aprendizagem.

Nessa abordagem, pode-se verificar que para assegurar a hegemonia, a classe dominante utiliza o processo de massificação, o qual emprega taticamente os aparelhos ideológicos do estado (escolar, jurídico-político, religioso, entretenimento e de informação). De tal modo, “(...), a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos ideológicos como o Exército) ensina o “know-how”, mas sob formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua ‘prática’” (ALTHUSSER, 1985, p. 58).

As classes dominantes utilizam o consenso para manter o domínio sobre o conjunto da sociedade. E para manter-se como segmento social dominante ou hegemônico, é necessário que haja as reproduções das formas que lhes permitam exercer o domínio. Dessa forma, a educação é um fator preponderante utilizado pelos grupos hegemônicos para a reprodução da ideologia dominante. Nas palavras de Gramsci (1988) “a divisão fundamental da escola clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais”. (GRAMSCI, 1988, p. 118).

Desta forma, as classes dominantes ficam reservadas ao trabalho de intelectualidade e direção, enquanto que as classes subalternas restam os trabalhos manuais e alienantes fazendo afigurar determinada divisão de classes com extrema diferença, porquanto,

A economia capitalista moderna é um imenso cosmos no qual o indivíduo nasce, e que se lhe figura, ao menos como um indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual ele tem de viver. Ela força o indivíduo, na medida em que ele esteja envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de comportamento capitalista (WEBER, 2007, p. 52).

Entretanto, a educação pode ser considerada tanto reprodutora da ideologia dominante, quanto, num sentido dialético possibilitar ao dominado a consciência no que se refere aos acentuados contrastes existentes na sociedade. Evidentemente, Gramsci trabalha a educação



como fator estratégico para a edificação da contra hegemonia. A educação, na perspectiva gramsciana, procura compreender o fenômeno da construção da hegemonia e da contra hegemonia nas relações sociais, na qual o homem está incluído e tem como objetivo maior, transformar ou manter a estrutura social.

E para transformar a realidade poderá haver um processo de contra-hegemonia, desenvolvida pelos intelectuais orgânicos, vinculados a classe do operariado em prol de seus interesses, em que:

O consenso que é produzido pelos aparelhos ideológicos se faz necessário tanto para a manutenção da hegemonia como para sua substituição. Se, do lado dominante, a educação serve ao poder, produzindo a separação entre a teoria e a prática, entre cultura e política, entre saber elitizado e trabalho, do lado proletário, esta mesma educação conscientiza a classe subalterna, revela as contradições existentes e possibilita uma nova concepção de mundo, ponto de partida para uma nova relação social (JESUS, 1989, p. 44).

Assim sendo, na contemporaneidade, é indispensável analisar quais os valores e ideologias sustentam a hegemonia do neoliberalismo. Sabe-se que para um sistema se torne e permaneça hegemônico necessita da superestrutura ideológica. Isso significa dizer, do ideário que fortaleça o senso comum, o conformismo e a passividade frente às mudanças nas estruturas sociais. Desta forma, se,

Expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante. Se neoliberalismo se transformou num verdadeiro projeto hegemônico, isto se deve ao fato de ter conseguido impor uma intensa dinâmica de mudança material e, ao mesmo tempo, uma não menos intensa dinâmica de reconstrução discursivo-ideológica da sociedade, processo derivado da enorme força persuasiva que tiveram e estão tendo os discursos, os diagnósticos e as estratégias argumentativas, a retórica, elaborada e difundida por seus principais expoentes intelectuais num sentido gramsciano, por seus intelectuais orgânicos (GENTILI, 2004, p. 01)

De fato, as modificações trazidas no bojo do sistema capitalista de produção, no que se refere às relações de poder e de dominação, como forma de legitimar a hegemonia das classes elitistas estão num sistema *in speciem orbis* em que as aplicabilidades das mudanças são efetivadas, onde,

No campo ideológico, interesses individuais e difusos superdimensionam-se, fortalecendo uma falsa ideia de pertencimento e de sociabilidade. No campo político, essa nova cultura, produzida com o processo de globalização, assenta-se na implementação de reformas neoliberais desqualificadoras tanto do liberalismo

democrático quanto das possibilidades de construção do projeto socialista (SIMIONATTO, 2003, p. 277).

A partir dessas observações, torna-se perceptível as formas pelas quais as mudanças estruturais e superestrutura veem sendo incrementadas na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, a educação continua a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, pois,

Sob a hegemonia burguesa, o Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade. No decorrer do século XX, diante das mudanças qualitativas na organização do trabalho e nas formas de estruturação do poder, o Estado capitalista, mundialmente, vem redefinindo suas diretrizes e práticas, com o intuito de reajustar suas práticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolistas (NEVES & SANT'ANNA, 2005, p. 26).

O estado capitalista tem priorizado a educação como um fator preponderante e eficaz para disseminar a ideologia a fim de veicular a ideologia de submissão de um grupo a outro, mascarando a realidade de uma classe economicamente explorada e socialmente marginalizada, relação que assinala desigualdades sociais, exclusão social, inclusão perversa e injustiças.

A meritocracia é legitimada, enquanto “ideologia da competência” (CHAUÍ, 2010, p. 294) porquanto se baseia na seletividade dos melhores, Esse processo proporciona igualdade das condições de oportunidade para todos os indivíduos, embora afirme que esses indivíduos diferem somente pela competência individual. À luz da perspectiva hayekiana:

No regime de concorrência, as probabilidades de um homem pobre conquistar grande fortuna são muito menores que as daquele que herdou sua riqueza. Nele, porém, tal coisa é possível, visto ser o sistema de concorrência o único em que o enriquecimento depende exclusivamente do indivíduo e não do favor dos poderosos, e em que ninguém pode impedir que alguém tente alcançar esse resultado (HAYEK, 1990, p. 125).

É evidente que a lógica meritocrática funciona como eficiente fator condicionante de desigualdades sociais, uma vez que dissimula a realidade ocultando a problemática social existente, posto que,

A desigualdade gerada por forças impessoais é, sem dúvida, melhor suportada, e afeta bem menos a dignidade do indivíduo, do que quando é intencional. No regime de concorrência, não representa desconsideração ou ofensa à dignidade de uma pessoa ser avisado pela direção da firma de que seus serviços já não são necessários ou de que não se lhe pode oferecer emprego melhor (HAYEK, 1990, p. 128).

Mediante a isto, faz-se necessário compreender que construir uma sociedade mais justa e igualitária implica fundamentalmente contrapor o processo excludente ou pseudo-inclusivo e possibilitar a democratização (expansão, qualidade, integração, equidade) do ensino público por meio da igualdade de condições no que alude ao acesso e a permanência nas IES brasileiras por meio de políticas que atendam o campo educacional, haja vista que,

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada” (HOFLING, 2001, p. 40).

Assim sendo, a instituição escolar deveria ter desempenho na construção de condições favoráveis a todos os segmentos sociais independente das diversidades sócio-linguístico-econômico-político-cultural engendrando políticas de cunho público/social para reverter o atual quadro da sociedade neoliberal.

### **2.3 O ensino superior no Brasil sob a perspectiva do discurso neoliberal e a prática meritocrática**

O ensino superior no contexto brasileiro é uma das categorias da respectiva pesquisa. A sua análise é possibilitada por meio da compreensão dos efeitos produzidos pelos meios hegemônicos do neoliberalismo, neste caso, a meritocracia.

A necessidade de explicitar esses fenômenos deu-se em decorrência da proposta da igualdade de acesso ao ensino superior, pois tal proposta representa oportunidades desiguais aos indivíduos economicamente diferentes porquanto o paradigma educacional brasileiro reflete diretamente o modelo econômico neoliberal. No Brasil, torna-se perceptível a partir da década de 60 a imposição do discurso neoliberal presente inclusive na Constituição de 1967 que continha o seguinte princípio:

Ensino público gratuito no primeiro grau, ensino no segundo grau pago pelos alunos que têm condições de arcar com as mensalidades, e bolsa para os que não têm. O curso superior deveria ser pago e aqueles que não pudessem pagar teriam bolsas que seriam devolvidas após a conclusão do curso. (Art. 168 §3º)

E principalmente a partir da década de 90 as diretrizes para o ensino superior têm sido norteadas pelo prisma neoliberal. Nessa direção, o ensino superior perpassa da “educação como bem público” para a “educação como mercadoria”. Sendo assim, nitidamente compreende-se que o ensino superior é um setor em *boom*, ou seja, uma área que explode em expansão de mercados, oferecendo oportunidades de acesso, diversidades de produtos e serviços específicos às condições socioeconômicas.

Destarte, da estrutura (campo político e econômico) emergem forças de transformação sobre a realidade e /ou campo de atuação das instituições de ensino superior que redefine o campo sociocultural, posto que,

Evidentemente a estratégia neoliberal de conquista hegemônica não se limita ao campo educacional, embora aí ocupe um lugar privilegiado, como um dos muitos elementos passíveis de serem utilizados como técnica de governo, regulação e controle social. O que estamos presenciando é um processo amplo de redefinição global das esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política neoliberal (SILVA, 2001, p. 13).

Partindo desse pressuposto, cumpre analisar que o neoliberalismo por meio da conjuntura de privatização acomete a universidade pública brasileira, visto que a educação é condição *sine qua non* para o crescimento da economia de mercado.

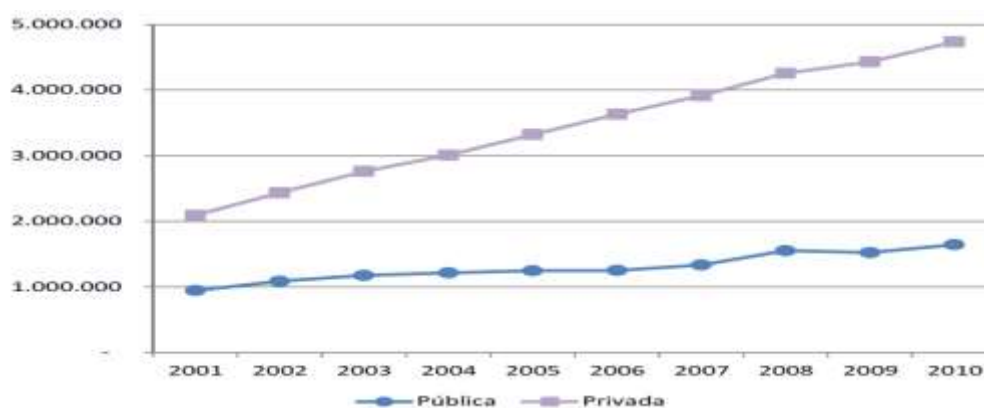
Desta forma, a educação superior é caracterizada como mercadoria na “indústria do conhecimento e da informação” e mercantilizada de forma desregulada, ou seja, o ensino superior é valorizado simplesmente para a organização do trabalho, coagindo a maioria dos jovens a procurarem formação no ensino superior em instituições privadas como mostra a tabela 01.

**Tabela 01 – Evolução do número de matrículas (presencial e a distância) por categoria administrativa – Brasil – 2001-2010.**

Ano	Matrículas										
	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%
2001	3.036.113	944.584	31,1	504.797	16,6	360.537	11,9	79.250	2,6	2.091.529	68,9
2002	3.520.627	1.085.977	30,8	543.598	15,4	437.927	12,4	104.452	3,0	2.434.650	69,2
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	592.705	14,0	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	595.327	13,0	514.726	11,3	136.651	3,0	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	698.319	12,0	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2,0	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2

A partir da tabela 01, no ano de 2010 obtiveram-se 938.656 matrículas nas IFES, representando apenas 14,7% do percentual universal no Brasil, confrontado com 4.736.001 que representa um índice significativo de 74,2%. A definição de ampliação das IES privadas envolve o discurso neoliberal dos governos tecnocráticos que firmam a potencialidade dessas instituições para melhoria de eficiência nos serviços ofertados aos diversos setores da sociedade, como mostra o gráfico 01.

**Gráfico 01 – Evolução do número de matrículas (presencial e a distância) por categoria administrativa (público e privado) – Brasil – 2001-2010.**



FONTE: MEC/INEP, 2011.

A alteração na organização do trabalho visa preparar profissionais habilitados para o mercado de trabalho. Desta forma, essa alteração permite a compreensão das reformas educacionais atreladas à secularização econômica. Nesse aspecto, o treinamento e o desenvolvimento são instrumentos fundamentais para o profissional se preparar para o desempenho de maneira satisfatória as tarefas específicas da função que pretende ocupar, que também pode ser entendido como meio de desenvolver competências a fim de que os profissionais se tornem produtivos e inovadores atendendo as reais necessidades do mercado.

Dentro desta conjuntura, o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, desde que orientadas perfeita e antecipadamente tornarão o profissional um ser bem-sucedido (mobilidade social ascendente).

Destarte, na presente era da tecnologia e da informação, o conhecimento passa a ser o recurso mais significativo, haja vista, que se a informação é fundamental; a produtividade do conhecimento é uma necessidade, ou seja, o conhecimento será produtivo à medida que apresentar resultados, adicionar valores e aperfeiçoar processos sendo presente no quadro social atual e tornando-se imprescindível a fim de que a sociedade seja mais produtiva,

atendendo a lógica do capitalismo. Entretanto, efetiva-se uma redução no sistema educacional nos processos de aquisição e desenvolvimento do conhecimento, pois o desenvolvimento do conhecimento está subordinado aos princípios do neoliberalismo.

De tal forma, no campo da educação, o ideário neoliberal apresenta novos conceitos como “qualidade total, formação abstrata e polivalente, flexibilidade, autonomia e descentralização” (FRIGOTTO, 2010, p. 75), pois a educação serve como recurso para aperfeiçoar o desempenho e expansão do mercado de trabalho para o crescimento econômico a partir da formação de um mercado eficiente.

O resultado da atomização do mercado e das perspectivas pós-modernistas, no plano político, não se poderia ser mais perverso. Sob os conceitos de autonomia, descentralização, pluralidade, poder local, efetiva-se uma brutal fragmentação do sistema educacional e dos processos de conhecimento (FRIGOTTO, 2010, p. 82).

Desta forma, tais argumentos que se apresentam adequados à transferência da esfera pública para a esfera privada, posto que as IES privadas possuem melhores condições para oferecer o serviço educacional. Esse processo é possível porque “a educação é quase sempre encarada como mercadoria, e não como função pública” (SOBRINHO, 2000, p. 14).

Participar da construção da economia é, sem dúvida, uma das responsabilidades irrecusáveis da educação. Hoje, mais do que nunca, é muito estreita a vinculação entre educação e trabalho e cada vez mais a educação é vista como capital econômico e fator incontestável de desenvolvimento (SOBRINHO, 2000, p. 30).

Nesse aspecto, o neoliberalismo acomete a esfera da educação pública por um conjunto de medidas privatizante mediada por uma política de descentralização autoritária que almeje extinguir do contexto societário a possibilidade de uma educação de qualidade.

O discurso neoliberal deve ser criticado, se se quiser defender a possibilidade de um sistema democrático baseado no respeito aos direitos sociais e humanos, sobretudo no ensino superior.

A universidade, sendo instituição de toda a sociedade, não pode operar como instrumento científico e técnico de uma doutrina que tudo submete aos valores econômicos, gerando deliberadamente mais benefícios a uma parcela e conseqüentemente mais exclusão à maioria da população (SOBRINHO, 2000, p. 30).

Sendo assim, a formação plena do sujeito será garantida mediante o ensino público e de qualidade a fim de assegurar aos EOP e EUOP a possibilidade de uma formação adequada.

## 2.4 O ensino superior no contexto amapaense

No contexto nacional tanto quanto no ambiente local está havendo uma expansão no que se refere ao ingresso de estudantes no ensino superior. Entretanto,

Entende-se, pois, que a expansão do acesso ao ensino superior, pelo viés privado, ao contrário, de ser incentivada, necessita ser controlada, pois longe de resolver ou de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares (MANCIBO, 2008, p. 64-65).

Sendo assim, o neoliberalismo compreende uma adaptação do ensino superior que pretende mitigar do cenário social a possibilidade de uma educação democrática, pública e de qualidade como mostra a tabela 02 a seguir:

**Tabela 02 – Estatística básica de graduação (presencial e a distância) por categoria administrativa – Brasil – 2001-2010.**

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública			Privada	
		Total	Federal	Estadual		Municipal
<b>Graduação</b>						
Instituições	2.377	278	99	108	71	2.099
Cursos	29.507	9.245	5.326	3.286	633	20.262
Matrículas de Graduação	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
Ingressos (todas as formas)	2.182.229	475.884	302.359	141.413	32.112	1.706.345
Concluintes	973.839	190.597	99.945	72.530	18.122	783.242
Funções Docentes em Exercício <sup>1</sup>	345.335	130.789	78.608	45.069	7.112	214.546
<b>Pós - Graduação</b>						
Matrículas de Pós-Graduação	173.408	144.911	95.113	48.950	848	28.497
<b>Graduação e Pós-Graduação</b>						
Matrículas Total <sup>2</sup>	6.552.707	1.788.209	1.033.769	650.062	104.378	4.764.498
Razão Matrículas Total <sup>2</sup> /Funções Docentes em Exercício	18,97	13,67	13,15	14,42	14,68	22,21

*Nota<sup>1</sup>: Corresponde ao número de vínculos de docentes a instituições que oferecem cursos de graduação. A atuação docente não se restringe, necessariamente, aos cursos de graduação.*

*Nota<sup>2</sup>: Inclui matrículas de Graduação e de Pós-Graduação*

FONTE: MEC/INEP, 2011

A partir dos dados acima se pode observar que no Brasil o número de ingressantes nas universidades federais foram de 302.359; nas universidades estaduais foram de 141.413 e no setor privado o número de ingressos foram de 1.706.345. Também se pode observar que são 278 instituições da esfera pública (federal, estadual e municipal) enquanto que são totalizadas 2.099 instituições privadas.

De fato, a partir de 2000 houve uma expansão no ensino superior no contexto amapaense de IES privadas: CEAP, FABRAN-FESAM, FACULDADE ATUAL FAMA,

FAMAP (ATUAL ESTÁCIO), IESAP, IMMES, SEAMA (ATUAL ESTÁCIO), MADRE TEREZA e UVA. Nesse contexto, observa-se a predominância da iniciativa privada, que expande a educação, porquanto a educação ser considerada como o principal fator de mobilidade e inclusão social como faz pensar o discurso neoliberal.

Nessa perspectiva, a educação pública perpassa da esfera política para a esfera do mercado, denegando sua categoria de direito social para objeto de consumo individual, consoante, o mérito ou potencial econômico de seus consumidores.

Em relação ao ingresso no ensino superior por meio de IES públicas, o referido Estado possui duas alternativas: a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e a Universidade Estadual do Amapá (UEAP).

A Universidade Federal do Amapá é uma instituição pública de ensino superior que se localiza em Macapá, capital do Estado do Amapá. A entidade mantenedora Fundação Universidade Federal do Amapá foi criada nos termos da Lei 7.596 de 10 de abril de 1987. A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão<sup>3</sup>.

A UNIFAP possui hodiernamente os seguintes cursos: Artes Visuais, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Ciências Farmacêuticas, Ciências Sociais, Comunicação social (habilitação em jornalismo), Direito, Educação Física, Enfermagem, Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática, Medicina, Pedagogia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Arquitetura e Urbanismo e finalmente Engenharia Elétrica perfazendo um total de 1040 vagas.

As formas de ingresso na UNIFAP podem ser pelo concurso vestibular ou pelo ENEM, que foi adotado pela referida instituição a partir do ano de 2011. Criado pelo Ministério da Educação (MEC) e aplicado pelo INEP, o ENEM, serve para avaliar o ensino médio, mas também poderia ser utilizado como processo seletivo para as IES. A nota do ENEM que pode substituir a nota do vestibular tradicional tem por objetivo democratizar o acesso à educação superior. Entretanto, tanto o concurso vestibular quanto o ENEM não proporcionam igualdade de oportunidades entre segmentos privilegiados da sociedade e estudantes de origem popular, pois a estes, os determinantes são os fatores socioeconômicos. Mediante a isto, enfatiza-se a necessidade no investimento de políticas públicas que atendam os Estudantes de Origem Popular – EOP, pois,

---

<sup>3</sup> Informações presentes no site [www.unifap.br](http://www.unifap.br).



Investir em políticas públicas de educação superior que atendam às necessidades socioeconômicas dos alunos é um passo muito importante, porém não é tudo. Para atingirmos realmente os segmentos historicamente excluídos da educação superior, há que considerar a raça, juntamente com a questão socioeconômica, o gênero e a particularidade do aluno/a oriundo/a da escola pública. Esse é um dos desafios colocados para instituições públicas de ensino superior nos dias atuais (SILVA, 2004, p. 38).

Em síntese, essa tarefa será realizada, a partir da mobilidade das representações sociais, na certeza que muito tem que ser feito no que tange a solução dos problemas de acesso e permanência a estudantes de espaços populares na universidade pública. Contudo, o ideal é pensar em termos humanos, tendo a perspectiva de melhorias significativas no quadro atual elaborando e materializando diversas estratégias para consecução de tais melhorias, porquanto,

A universidade pública brasileira precisa refletir, no seu interior, a diversidade étnico-racial da população. Essa diversidade precisa estar contemplada nos mais diferentes cursos e não somente em algumas áreas. (...). Para isso, temos que criar condições para que jovens negros e pobres entrem e permaneçam com sucesso dentro da universidade (SILVA, 2004, p. 41).

No entanto, a melhoria de tais condições originou-se a partir do aumento do número de matrículas em que o Governo Federal planejou a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES – criando condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características peculiares de cada instituição e estimulada à diversidade do sistema de ensino superior.

Nesse contexto, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 consubstanciando o Plano Nacional de Educação – PDE. Na verdade, o que o Decreto do Reuni propõe são cursos de graduação de curta duração (de dois a três anos), com currículos interdisciplinares por meio de “ciclos básicos” (disciplina comuns a diversos cursos), fazendo, com que, haja, indubitavelmente, uma grande economia, inclusive por meio da multiplicação do número de estudantes nas IFES, com o custeamento nos patamares mínimos.

Entretanto, para que se possa haver expansão no ensino superior público é necessário investimento neste setor, bem como, na educação básica, considerado como primeiro “funil” a impedir em média 80% da população ingressante no sistema escolar nacional. Ressalte-se que

o ensino superior público deveria ter o objetivo de desenvolver a criticidade atores sociais a fim de formá-los para que possam intervir em suas respectivas áreas de atuações para solucionar os diversos problemas enfrentados pela sociedade.

Sabe-se que a universidade pública de qualidade deve possuir professores que desenvolvem pesquisas originais e relevantes à sociedade, laboratórios, iniciação à pesquisa científica, diálogos entre a universidade e a sociedade. Contudo, o que se apresenta na realidade são universidades sucateadas: estrutura física precária, biblioteca sem livros básicos, laboratórios sem material, falta de blocos específicos para determinados cursos e entre outras mazelas.

A Universidade do Estado do Amapá (UEAP) é uma instituição pública de educação superior, organizada sob a forma de autarquia pública de regime especial autorizada pela Lei nº 0969, de 31 de março de 2006, instituída pela Lei nº 0996 de 31 de maio de 2006<sup>4</sup>, embora sua criação se desse em prol de interesses políticos do candidato a deputado estadual Edinho Duarte e o candidato a governador Waldez Góes, ambos a reeleição.

A UEAP é dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETEC goza de autonomia técnica, didático-científica, administrativa e financeira, patrimônio e receitas próprias, com sede e foro em Macapá, capital do Estado do Amapá (ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ, 2009, p. 02).

A UEAP possui atualmente os seguintes cursos: Licenciatura em Ciências Naturais, Licenciatura em Pedagogia, Tecnologia em Design, Engenharia de Pesca, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Química, Engenharia Química e Engenharia Ambiental.

As formas de Ingresso na UEAP são o sistema de ampla concorrência (vestibular tradicional) e o sistema de reserva de vagas criado pelas Leis Estaduais n.º 1022 e n.º 1023 de 30 de junho de 2006 e 30 de junho e 1058 de 18 de setembro de 2008 (para candidatos egressos da Rede Pública de Ensino, Afrodescendentes, Nativos e pessoas com necessidades especiais) disponibilizando um total de 550 vagas anuais.

Mediante as formas de ingresso nas universidades emerge a seguinte indagação: o vestibular seria uma prática meritocrática? Indubitavelmente sim. A prova do vestibular serve para tornar todos os concorrentes “iguais”, entretanto desconsidera os fatores sociais e econômicos.

---

<sup>4</sup> Informações presentes no site [www.ueap.ap.gov.br](http://www.ueap.ap.gov.br).

Dessa forma, os indivíduos de camadas populares tentam se adequar a realidade como menciona Zago (2006):

Desse modo, falar globalmente de escolha significa ocultar questões centrais como a condição social, cultural e econômica da família e o histórico de escolarização do candidato. Para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão (ZAGO, 2006, p. 232).

Diante do exposto, os indicativos da referida pesquisa assinalam a diversidade de dilemas presente no contexto da meritocracia na sociedade brasileira, clivada por desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. A educação utilizada como fator pelo capitalismo/neoliberalismo distancia a universidade da realidade social de estudantes de origem popular. Isso se confirma no arquétipo de ingresso e permanência no ensino superior determinado por condicionantes socioeconômicos e culturais.

### 3 CENÁRIO DA REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL AMAPAENSE

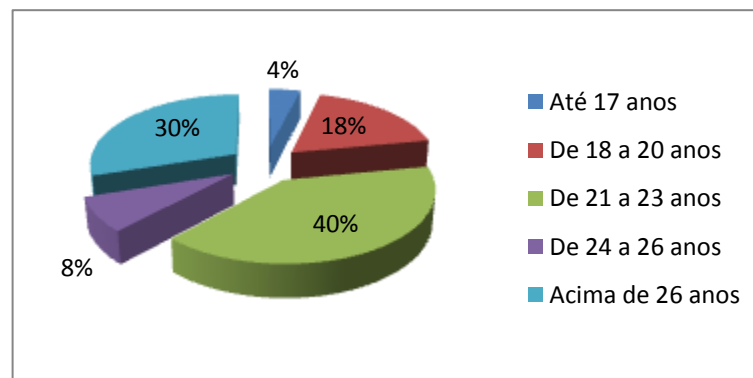
#### 3.1 O acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas do Estado do Amapá

A categoria de sujeitos delimitada para o referido objeto de estudo é a de estudantes universitários de origem popular (EUOP), que pode ser compreendida como um agrupamento de indivíduos presentes no espaço acadêmico. Trata-se exclusivamente de indivíduos cuja renda mensal familiar é de no máximo dois salários mínimos, estudantes oriundos de escola pública, de procedência geográfica popular e que os pais não possuem nível superior.

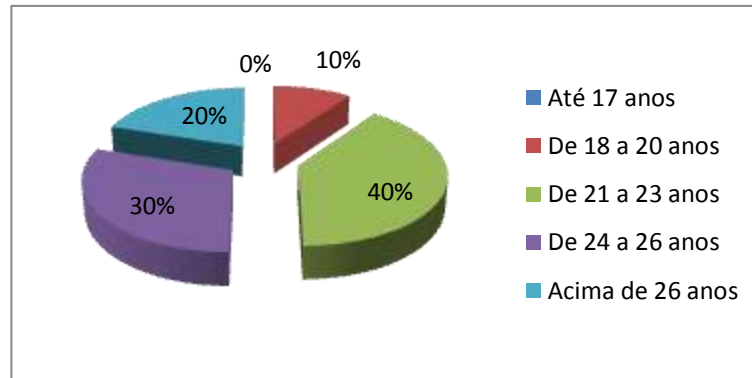
Ressalte-se que se, e somente se, serão considerados EUOP aqueles que se enquadrarem nessas características, porquanto tão-somente uma delas não se torna suficientemente significativa para definir um determinado grupo.

Nessa perspectiva, o estudante de origem popular (EOP) possivelmente possui dificuldades de ingressar diretamente no ensino superior logo após ser egresso do ensino médio, pois a escola pública não oferece a mesma qualidade de ensino comparado às escolas particulares e, portanto, ingressam na faixa etária entre 21 e 23 anos, conforme indicam os gráficos 02 e 03.

**Gráfico 02 – Faixa etária dos ingressantes na UNIFAP**



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade Federal do Amapá, mar/2012.

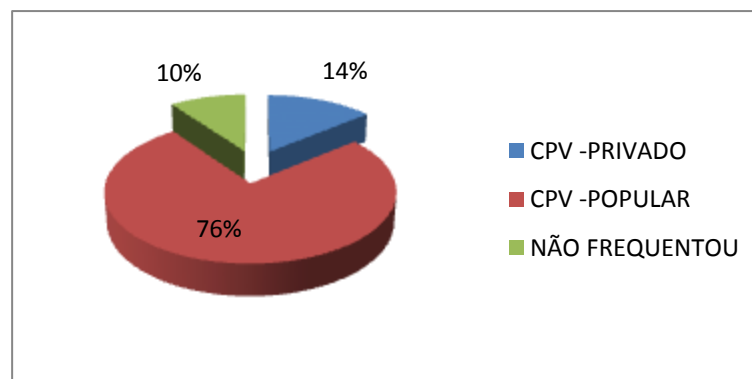
**Gráfico 03 – Faixa etária dos ingressantes na UEAP**

Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade do Estado do Amapá, mar/2012.

Dessa forma, cumpre analisar que no contexto da UNIFAP atrelando categorias de análises a partir de 21 anos de idade a acima de 26 anos tem-se uma representatividade de 78%. Enquanto na UEAP este percentual apresenta a representatividade mais significativa de 90%.

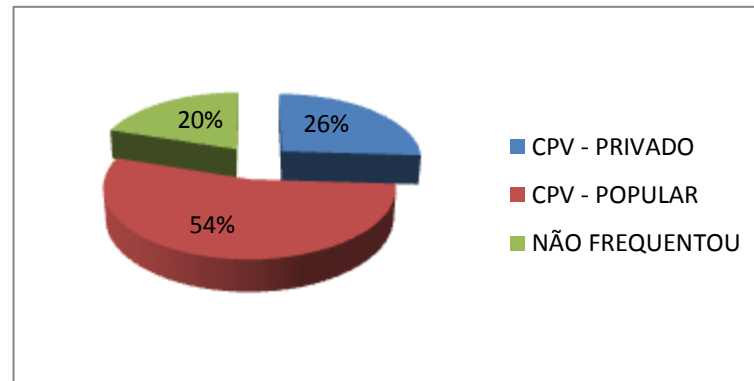
Esse índice se dá devido à busca da ascensão profissional e/ou reconhecimento social, mas que ainda se detém na condição precária de ensino das escolas públicas.

Nesse sentido, os EOP que almejam ingresso na educação superior, necessitam fazer pré-vestibulares gratuitos e/ou populares, pois se está concorrendo com estudantes de escolas particulares que possuem melhor qualidade de ensino, além que desde o ensino fundamental esses educandários já vem preparando o estudante para ingressar no ensino superior na área pretendida. Também existe a possibilidade de se estudar novamente nos contra turnos em cursinhos privados que em nosso Estado parecem empresas na mercantilização do saber.

**Gráfico 04 – Frequentou cursinho preparatório para vestibular UNIFAP**

Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade Federal do Amapá, mar/2012.

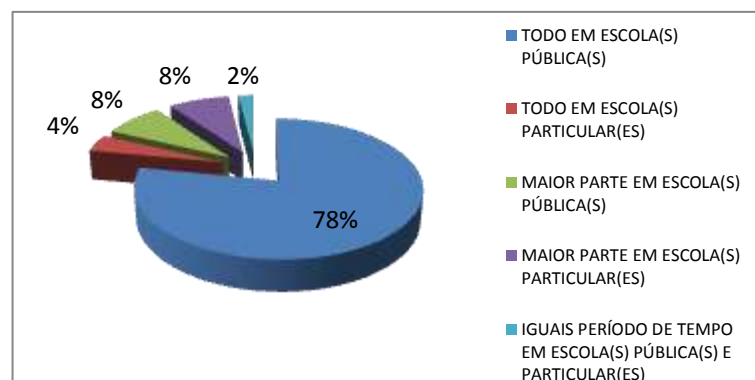
**Gráfico 05 – Frequentou cursinho preparatório para vestibular UEAP**



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade do Estado do Amapá, mar/2012.

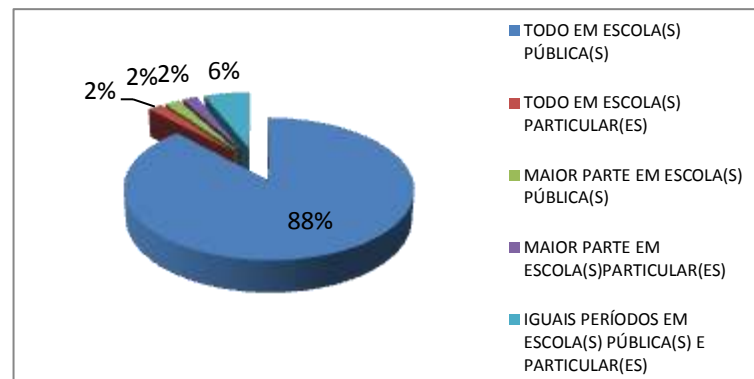
A partir dos gráficos 04 e 05 pode-se inferir que quem realmente anseia ingressar no ensino superior e é oriundo de escola pública necessita frequentar curso pré-vestibular popular. A preocupação com o acesso ao ensino superior é tão nítida que na amostra da UNIFAP 76% frequentaram “cursinho” popular e apenas 14% privado, sendo estes sujeitos identificados nos cursos de medicina, direito, farmácia, relações internacionais e jornalismo, e, 10% não frequentaram; já na UEAP, o percentual dos que frequentaram cursinho gratuito é de 54% e está diretamente vinculado a cursos de licenciaturas, 26% frequentaram cursinhos particulares e a sua maior representatividade está nos cursos de engenharias. A pesquisa revelou que o maior percentual de ingressantes na UEAP é de escola pública perfazendo um total de 88% conforme demonstrado pelo gráfico 07.

**Gráfico 06 – Tipo de estabelecimento de ensino que cursou a educação básica/UNIFAP**



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade Federal do Amapá, mar/2012.

### Gráfico 07 – Tipo de estabelecimento de ensino que cursou o a educação básica/UEAP



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade do Estado do Amapá, mar/2012.

Cumpra analisar que esse maior percentual proveniente de escolas públicas é de cursos que proporcionem um retorno financeiro imediato, embora tais cursos, como por exemplo, pedagogia, letras, ciências sociais, química, geografia, história, dentre outros, sejam menos reconhecido e menor remunerado comparado a cursos como medicina, direito, relações internacionais, engenharias em geral e outros. Ressalte-se que também tais cursos, principalmente na área da licenciatura são menos concorridos na relação candidato/vaga.

Segundo informações da senhora Lucicléia Santos, da SEED/AP, esses dados de acesso ao ensino superior tornam-se mais alarmantes quando se compara os egressos do ensino médio que perfazem um total de 12.000 por ano (SANTOS, 2012, INFORMAÇÃO VERBAL) e o número de vagas oferecidas pelas universidades públicas do Estado (UNIFAP e UEAP) que em conjunto somam apenas 1.590 vagas anuais, o que representa apenas 13,25% da totalidade anual. Na acepção de Sobrinho (2000):

Uma sociedade onde uma parcela domina os conhecimentos e os instrumentos que permitem o desenvolvimento e o progresso, enquanto a outra parte, que é a enorme maioria, está excluída desses benefícios e não tem a menor possibilidade de chegar a eles, por falta de oportunidades educacionais ou devido a uma educação escolar inadequada ou mesmo inócua, essa sociedade é inegavelmente injusta e perversa (SOBRINHO, 2000, p. 36).

Nesse sentido, cabe a seguinte indagação: Um EOP pode competir em iguais condições com um estudante oriundo de uma classe economicamente favorecida em concorrência para uma vaga de medicina, direito ou engenharias? A pesquisa revelou que os estudantes dos cursos de “elite”, que possuem altíssima concorrência, como medicina e direito, apresentam uma renda mensal familiar superior a cinco salários mínimos, enquanto que as maiorias dos estudantes de cursos de graduação na área de humanas, da natureza e

exatas apresentam renda mensal familiar de até um salário mínimo e na maioria das vezes, esses estudantes já são trabalhadores, o que dificulta o seu acesso ou permanência na universidade ou pretendem ser bolsistas, pois chegam afadigados e possui pouco tempo para dedicar ao estudo. De tal modo, vê-se a importância de compreender e melhorar as condições de acesso e permanência na universidade, tidos como fatores primordiais para a conclusão do curso de graduação. Para isso é indispensável um estudo dessa população a fim de que se possa pensar em meios como práticas pedagógicas e políticas públicas para a garantia da permanência com qualidade e sucesso, pois para Zago (2006):

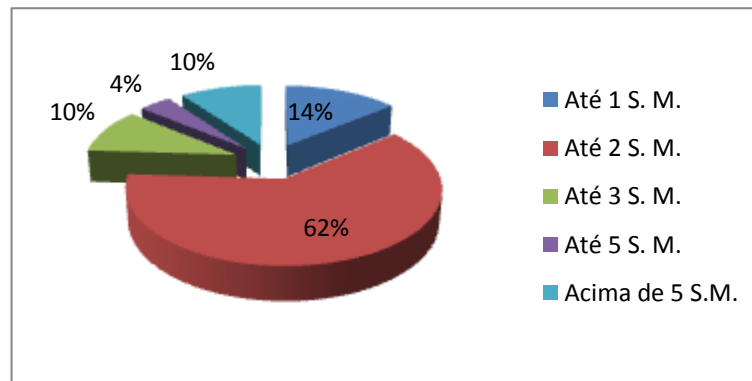
Estudar essa população para entender as transformações nas demandas e práticas escolares, assim como no perfil dos estudantes na sociedade contemporânea, representa uma necessidade para a pesquisa e as políticas educacionais em todos os níveis de ensino (ZAGO, 2006, p. 236).

Sabe-se que as universidades tornaram-se um *locus* ocupado, em sua grande parte, pelas classes alta e média, delineando um perfil elitista dos acadêmicos ingressantes nesse sistema superior de ensino. Contudo, hodiernamente esse quadro tem se reconfigurado. Fenômeno este que, tem impulsionado estudantes oriundos de espaço populares a buscarem um grau de escolarização mais elevado.

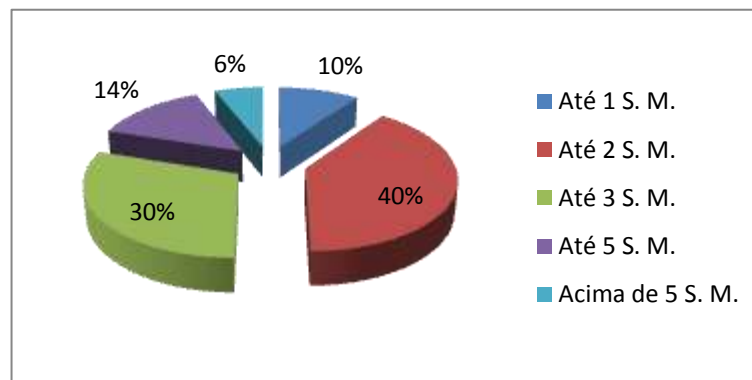
Essa procura pelo sistema superior de ensino pode ser explicada em razão da política globalizada vivida por nossa sociedade, pois o nível de estudo é fator marcante e essencial na luta por um espaço no mercado de trabalho, onde somente os mais preparados conseguirão preencher as posições mais privilegiadas da sociedade. Estar preparado significa possuir preparo acadêmico, seja como técnico ou como graduado em nível superior, pois possui nível superior implica necessariamente a obtenção de um bom emprego.

Por esta razão, intensificou-se a busca por um ensino superior principalmente por parte da camada popular, que vê este nível de ensino como um diferencial que irá possibilitar a ascensão social como se pode perceber nos gráficos 08 e 09 a seguir que mostram 62% dos estudantes da UNIFAP tendo uma renda familiar de até 02 salários mínimos, bem como 40% dos acadêmicos da UEAP, respectivamente. Também pôde se verificar que a renda dos acadêmicos da UNIFAP é oriunda em 38% da ajuda dos pais, seguida de 36% de bolsas remuneradas, enquanto na UEAP 40% recebem ajuda dos pais seguida de 28% de emprego particular.



**Gráfico 08: Renda Familiar Mensal/UNIFAP**

Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade Federal do Amapá, mar/2012.

**Gráfico 09: Renda Familiar Mensal/UEAP**

Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade do Estado do Amapá, mar/2012.

Nessa relação, pode-se perceber que o neoliberalismo por meio da ideologia da competência ou da meritocracia baseada na pedagogia de cunho liberal considera tão-somente as aptidões de cada sujeito prescindindo a situação socioeconômica e cultural tornando-se um sistema excludente, que conforme Libâneo (2011):

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difundida a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições (LIBÂNEO, 2011, p. 22).

Interessante notar que a meritocracia aparentemente não está diretamente presente nos processos seletivos, ela é apenas a confirmação das condições socioeconômicas dos segmentos sociais numa lógica de seletividade, na qual somente os que possuem melhores condições socioeconômicas são seletos:

Na época de prestar o exame vestibular não demonstrava nenhuma motivação, pois o processo ensino aprendizagem na rede pública é deficiente, principalmente se o compararmos as escolas e cursinhos particulares. Mas o que mais me desmotivou foi quando falaram que pobre não consegue entrar numa universidade (ESTUDANTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UNIFAP).

As alternativas engendradas no Estado para contribuir no acesso de estudantes de origem popular no ensino superior foram à emergência de “cursinhos preparatórios gratuitos”, como por exemplo, a Fundação Desafio Amazônico e o UNIFAP Pré-vestibular (UPV) além da criação de políticas públicas no que se refere a políticas de cotas na Universidade do Estado do Amapá (UEAP).

Uma das maiores dificuldades colocadas pelos EOP é ter de concorrer às vagas do ensino superior com candidatos que passaram a vida inteira estudando nas melhores escolas particulares e/ou frequentando cursinhos privados.

Portanto, a partir disso, é cabível afirmar que o acesso à universidade é pleiteado por concorrentes desiguais que não tiveram as mesmas oportunidades de ensino devido à estratificação social. Isso significa dizer que o fator socioeconômico e cultural influencia o acesso ao ensino superior.

Em relação ao acesso nas instituições pesquisadas foram averiguadas as formas de ingresso dos candidatos e se constatou que a UNIFAP possui duas formas de ingresso: O processo seletivo (vestibular tradicional) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), enquanto a UEAP utiliza o processo seletivo (vestibular tradicional) e também a política de cotas para pessoas economicamente carentes.

Outro fator a ser analisado é a permanência na Universidade. Ao adentrar numa universidade pública o acadêmico de origem popular se depara com a realidade das necessidades materiais.

Desse modo, uma análise sobre a presença de categorias sociais antes excluídas do sistema de ensino levanta necessariamente a questão: o acesso à universidade, sim; e depois? Não basta ter acesso ao ensino superior, mesmo sendo público, conforme indicam os resultados da pesquisa que realizei. Assim, torna-se redutor considerar indiscriminadamente os casos de estudantes que têm acesso ao ensino superior como de “sucesso escolar”. Evidentemente, caberia explicitar o que se quer dizer com “sucesso escolar”. Ele representa o acesso, ou vai além para definir tanto a chamada “escolha” pelo tipo de curso quanto às condições de inserção, ou seja, de “sobrevivência” no sistema de ensino? (ZAGO, 2006, p. 228).

À luz do autor acima, pode compreender que para grupo de EUOP, permanecer neste nível de ensino é complicado, porquanto sendo oriundo da camada pobre possuem baixo

poder aquisitivo, conseqüentemente não dispõem de verbas econômicas suficientes que possam lhes manter na educação superior.

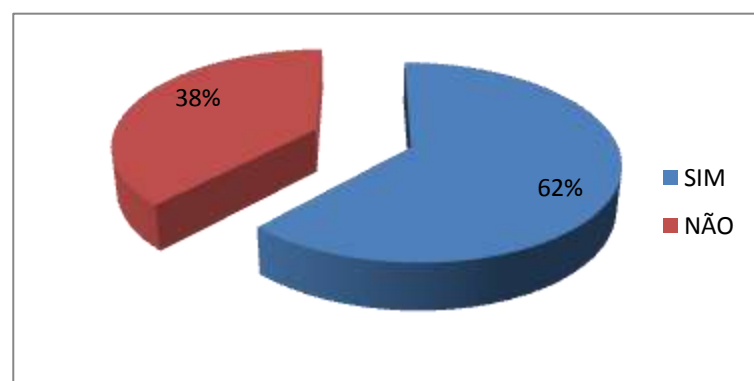
Logo nos primeiros dias de aula descobrir que entrar na universidade era apenas um passo inicial. No decorrer do curso percebi que permanecer na universidade era muito difícil, pois a minha renda familiar não garantiria a continuidade dos meus estudos. Algumas vezes não tinha dinheiro nem mesmo para o transporte. Outro problema era conseguir as apostilas para fazer os trabalhos e as provas (ESTUDANTE DE GEOGRAFIA – UNIFAP)

Nesse aspecto torna-se apropriado o seguinte adágio popular: “estudar não é para pobre”. Com efeito, as condições socioeconômicas e culturais são os fatores elementares para a problemática na permanência nas universidades, uma vez que o ambiente familiar, de qual o estudante popular é oriundo não possuem os predicados necessários para um adequado desempenho escolar: “No início dos meus estudos, senti o impacto do peso das complicadas matérias de cálculos. Combinações numéricas que jamais havia estudado, pois na escola pública não se tem um ensino de qualidade” (ESTUDANTE DE FÍSICA - UNIFAP).

Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade (ZAGO, 2006, p. 233).

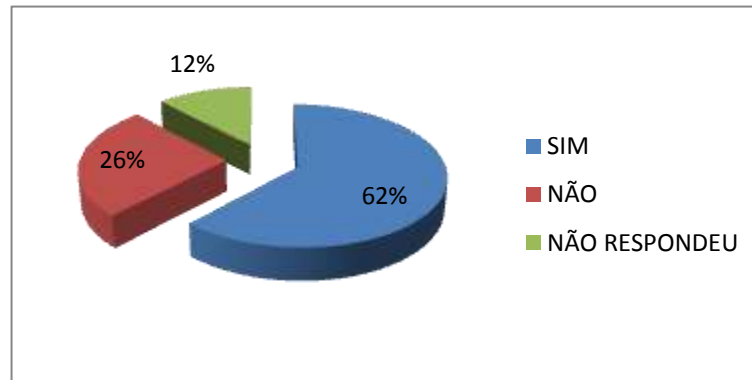
Assim sendo, aferiu-se que os estudantes provindos das camadas populares possuem dificuldades no desempenho dos componentes da grade curricular, o que acarreta acentuado índice de reprovação como confirmam os gráficos 10 e 11.

**Gráfico 10 - Índice de reprovação na UNIFAP**



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade Federal do Amapá, mar/2012.

**Gráfico 11 – Índice de reprovação na UEAP**



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade do Estado do Amapá, mar/2012.

Partindo dessa realidade, pode-se afirmar a partir do gráfico 08 que o percentual de 38% nunca obtiveram reprovação na UNIFAP e representam os não-EOP. Isso é procedente da desigualdade existente entre os diversos cursos existentes, inclusive o capital cultural, o que confirma que determinados cursos, sobretudo, medicina e direito são elitistas e que EOP possuem raríssimas oportunidades de ingressarem e/ou permanecerem em tais cursos. Quanto a UEAP comparado a UNIFAP o índice de reprovação segundo constante no gráfico 09 é equilibrado perfazendo um percentual de 62% de reprovação, principalmente nos cursos de engenharias contrapondo 26% dos não-EUOP e 12% que não responderam.

Saliente-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 20/12/1996) apresenta no Art. 3º que: “o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

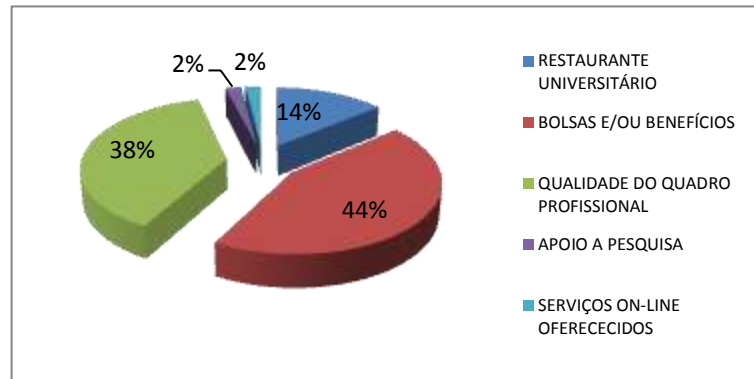
Entretanto, o que se pode intuir é que as próprias instituições universitárias utilizam à lógica meritocrática, já que aos EOP são ofertadas bolsas trabalho e de iniciação científica para continuidade nos estudos; o problema é que um dos requisitos para se obter as bolsas é não se ter reprovação, o que contrasta com a análise do gráfico acima. Importante salientar uma particularidade da UEAP, a qual possui políticas de ingresso no ensino superior, mas não existem políticas de permanência aos EUOP’s.

Mediante a isto, compreende-se que o ensino superior não é acessível a todos os segmentos sociais e muito menos aos estudantes oriundos de espaços populares/famílias de baixo poder aquisitivo, o que torna a universidade e seus respectivos processos de seleção fatores de exclusão social ou de inclusão perversa à luz da meritocracia em que o sucesso ou fracasso dos indivíduos de baixa renda são atribuídos a eles próprios mediante o “coeficiente” de competência. Isto significa que o fator do capital cultural também é imprescindível para se lograr êxito no curso universitário, pois foi constatado que a maioria dos pais cursaram

somente até a educação básica. Somente os cursos como direito, medicina, arquitetura e engenharias é que os pais possui um nível de escolaridade mais alto com nível superior.

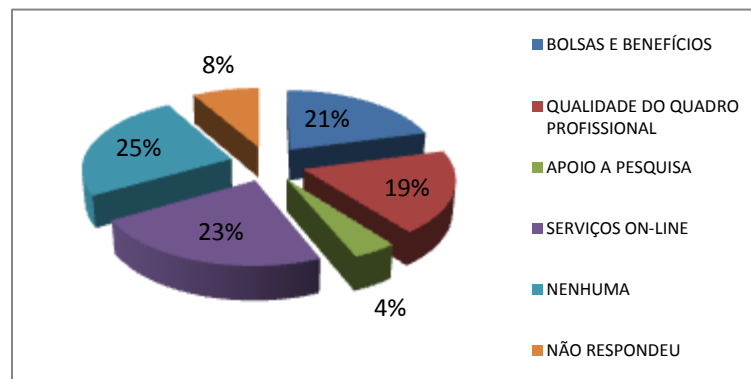
Outros fatores averiguados foram às facilidades e dificuldades de permanência nas universidades. Em relação às facilidades na permanência foram identificadas por ordem de prioridade como mostram os gráficos 12 e 13, a seguir:

**Gráfico 12 – Fatores de facilidades de permanência na UNIFAP**



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade Federal do Amapá, mar/2012.

**Gráfico 13 – Fatores de facilidades de permanência na UEAP**



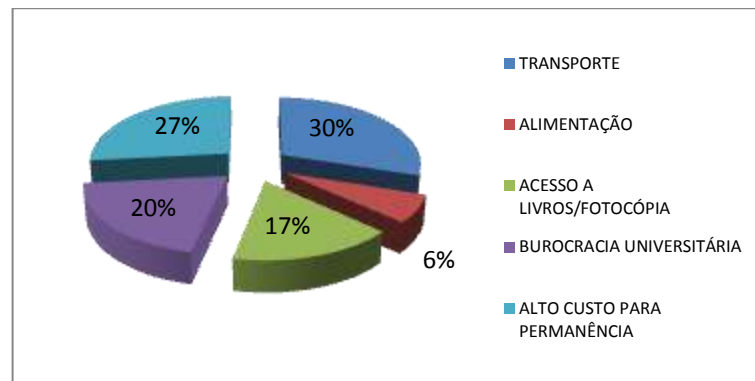
Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade do Estado do Amapá, mar/2012.

Não se pode falar de acesso sem se articular à permanência, e essa permanência é comportada por bolsas e benefícios, com percentagem de 25% apontada como principal fator de facilidade para a continuidade dos estudos na UNIFAP, comprovado por esta pesquisa no gráfico 12. No entanto, deve-se saber que os alunos nem sempre tem acesso a essas bolsas, ficando quase sempre para uma clientela específica, na medida em que não leva em conta a condição social do aluno, mas sim o mérito acadêmico. Além disso, o que chama a atenção é o percentual de 38% do quadro profissional como fator de facilidade na permanência, o que não deixa de indicar a influência meritocrática na universidade, pois os acadêmicos preferem

aulas ministradas por professores com maior titulação, haja vista, o mercado utilizar-se da ideologia da competência. Interessante que a pesquisa revelou que 25% dos acadêmicos da UEAP afirmam não haver nenhuma facilidade na permanência segundo os dados do gráfico 13.

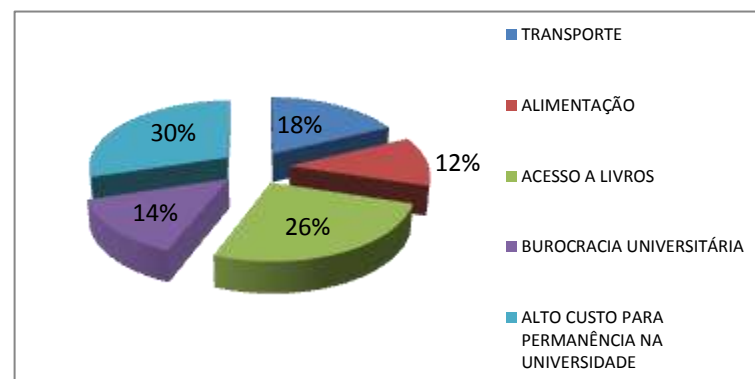
Quanto às dificuldades na permanência nas universidades foram verificados também cinco itens: transporte, alimentação, acesso a livro-texto e/ou fotocópias, burocracia universitária e, por fim, o alto custo para a permanência na universidade. As informações podem ser extraídas nos gráficos 14 e 15 a seguir:

**Gráfico 14 – Fatores de dificuldades de permanência na UNIFAP**



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade Federal do Amapá, mar/2012.

**Gráfico 15 – Fatores de dificuldades de permanência na UEAP**



Fonte: Pesquisa de Campo, Universidade do Estado do Amapá, mar/2012.

A respectiva pesquisa abarca fatores, como por exemplo, as categorias grupais de ingressantes no ensino superior, mais especificamente, os EUOP, bem como, as diferenças nas oportunidades no que tange ao acesso e a permanência deste grupo nesse nível de ensino.

Esta pesquisa verificou a relação existente de democracia no acesso e permanência à educação superior nas universidades públicas do Estado do Amapá.

Em relação ao ingresso na UNIFAP/UEAP observou-se que não existem discussões para implantação de algum outro modelo de processo seletivo. Mas quando se foi perguntado sobre mecanismos que facilitam a inscrição de economicamente carentes no processo seletivo afirmaram que: “Sim, insenção (sic) para pessoas economicamente carentes existe, mais (sic) acho que isso já não é suficiente” (ENTREVISTADO DE LETRAS – UEAP); “Existe insenção (sic), mas que não serve para a questão social, pois não garante o acesso e muito menos a permanência” (ENTREVISTADO DE MATEMÁTICA – UNIFAP).

Quando se questionou se os processos utilizados pela Instituição de Ensino são justos para selecionarem seus alunos foi sabido que: “Não considero justos, tampouco democrático, pois é uma seleção estúpida que não leva em conta as potencialidades de cada indivíduo” (ENTREVISTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – UNIFAP); “O vestibular, na realidade, é um processo de exclusão. Para entrar tive que me dedicar dois anos em cursinhos” (ENTREVISTADO DE LETRAS – UEAP); “Não é justo, o que seria mais democrático seria não haver processo seletivo, pois quando se seleciona se exclui; então é necessário pensar em formas alternativas de ingresso” (ENTREVISTADO DE FÍSICA – UNIFAP); “Não considero justo o processo seletivo porque é excludente” (ENTREVISTADA DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – UEAP).

Quanto ao processo seletivo que possivelmente seria o mais democrático, obteve-se um percentual significativo de que deveria ser “um processo seletivo que fosse igual para todos” (ENTREVISTADO DE DIREITO - UNIFAP); ou que “Na verdade, não deveria haver processo seletivo – vestibular; deveria ingressar diretamente na universidade quando egresso do ensino médio” (ENTREVISTADA DE PEDAGOGIA – UEAP).

E por fim, quando se indagou sobre a alternativa para reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior a maioria dos entrevistados afirmou que a alternativa seria investir e melhorar a qualidade da educação pública desde a educação básica até o ensino superior. Ainda para redução da desigualdade no acesso foi apresentado que: “É necessário aplicar uma prova direcionada para os diferentes níveis de educação e de classes sociais, pois não há como comparar a educação do sistema público com a do ensino particular” (ENTREVISTADO DE JORNALISMO – UNIFAP).

Da perspectiva dos direitos humanos, ou seja, da universalidade, individualidade e interdependência desses direitos, o respeito à diferença significa não mais utilizá-la para aniquilação de direitos, mas para a sua promoção. Os grupos minoritários

(afrodescendentes, mulheres, crianças, pessoas do meio rural, portadores de necessidades especiais, entre outros) devem ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social (SEIFFERT & HAGE, 2008, p. 144).

De tal modo, o referido estudo analisou os dados dos EUOP que conseguiram ingressar na UNIFAP ou na UEAP, bem como, o processo de permanência de estudantes de origem popular análogos a não-EUOP.

Observou-se que o acesso à educação, é indubitavelmente, um fator sumamente importante para a redução das desigualdades sociais e ascensão social dos EOP, que pode ser viabilizado pelas políticas de cunho público-social dialogadas num processo aproximativo com sociedade em geral. Para tal, é indispensável suscitar discussões sobre as formas mais viáveis para o acesso e a permanência nas IES públicas com os atores sociais como os profissionais da referida área de atuação, a comunidade acadêmica e as comunidades populares a fim de que sejam garantidas não somente condições de acesso, mas também de permanência para a conclusão do curso superior de membros da classe menos favorecida economicamente. Assim sendo, dever-se-ia preconizar que:

A escola pública, unitária numa perspectiva de formação omnilateral e politécnica, levando em conta as múltiplas necessidades do ser humano é o horizonte adequado, ao nosso ver, do papel da educação na alternativa democrática ao neoliberalismo (FRIGOTTO, 2010, p. 98).

Sendo assim, postula-se que se houvesse o reconhecimento dos condicionantes socioeconômicos e culturais; e, valorização dos EOP a universidade estaria promovendo relações e práticas que não estariam atinadamente atreladas a fatores econômicos e políticos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo mostram que a acessibilidade ao ensino superior não se opera por meio da vontade individual, mas sim por um conjunto de condicionantes que se tornam cogentes decisivos no que concerne à hierarquização da sociedade de classe marcada pela singularidade de um processo socioeconômico e cultural historicamente construído que assegura as desigualdades das condições de acesso e permanência no campo educacional.

Saliente-se que essa proposta não está de acordo com a perspectiva gramsciana da educação unitária, haja vista que existe não um sistema educacional unário que promove igualdade, mas sim um sistema educacional dualista: a classe rica é preparada para dominar enquanto a pobre é preparada para produzir.

Destarte, é necessário democratizar o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas a fim de se reverter o quadro atual antidemocrático para que se possa engendrar a igualdade de oportunidades para todos os segmentos da sociedade, pois conforme Gentili (2010) “A concepção gramsciana de escola histórico-concreta é, sem dúvida, a base teórica e politicamente mais avançada para entender-se que a autêntica pluralidade e diferença pressupõem a democratização e igualdade das condições” (GENTILI, 2010, p. 82).

Desta forma, a respectiva pesquisa evidenciou a educação como mercadoria à luz da meritocracia no discurso neoliberal.

Ressalte-se que a linha teórico-metodológica aqui adotada foi de suma importância para preservar a coerência proposta e exigida para o referido estudo.

Em síntese, pôde-se comprovar que os condicionantes socioeconômicos dos indivíduos são determinantes para o acesso, a permanência e a conclusão do curso superior, além do que se foi percebido que o mercado utiliza um jogo fugaz que o faz preponderar no circuito mercadológico na esfera educacional, objetivando logicamente a lucratividade desenfreada pelo ritmo dinâmico do sistema capitalista, bem como também necessita de sujeitos aptos para o desenvolvimento do mercado.

Assim, a pressuposição de que a educação enquanto instrumento político para a transformação da realidade social é dominada pelas classes elitistas, uma vez que não interessa ao capitalismo a equanimidade das esferas social-político-econômico-cultural por

meio das ascensões das classes dominadas, disso decorrem as dificuldades dos estudantes oriundos de escolas públicas para acompanhar a pragmática lógica meritocrática, bem como, o acesso à universidade se dá com idade acima dos 18 anos por cursarem o ensino médio em escolas públicas (ensino ineficiente); os condicionantes socioeconômicos e educacionais são determinantes para o acesso e a permanência nas instituições de ensino superior foi comprovada, pois há a dificuldade do acesso à universidade. Assim, dificilmente se consegue ser egresso do ensino médio e adentrar de imediato na universidade. Isso faz com que as faixas etárias de ingresso no ensino superior estejam entre 21 e 23 anos de idade e em média da 3ª a 4ª tentativa de processo seletivo vestibular. Porquanto, a própria família possui capital financeiro e cultural insuficientes para garantir o ingresso e a permanência no ensino superior.

Quanto ao índice de reprovação também pode comprovar-se que os acadêmicos “unifapianos” e “ueapianos” por se considerar o Ensino Médio, ofertado por escolas públicas, pouco satisfatório para atender as exigências acadêmicas.

Em relação às dificuldades de permanência apontadas foram contatadas: dificuldades financeiras que prejudicam no transporte, no acesso a livros (reprografias de livros), na alimentação, enfim o alto custo para se manter na universidade. Além da obrigatoriedade de se trabalhar para ajudar na renda familiar agravam mais esse problema e se alguns desses acadêmicos quiserem continuar no curso tem que superar tais dificuldades.

Neste aspecto, sob a ótica do neoliberalismo perpassa a novo processo paradigmático, o qual privilegia meios utilitaristas a fim de atender a lógica do mercado de trabalho.

Em contrapartida, para que haja uma reversão dessa massificante ideologia hegemônico-dominante no campo da educação superior articulada pela ótica do mercado neoliberal-meritocrático que seleciona os mais competentes a fim de dar continuidade a lógica do sistema, acredita-se que a reivindicação e a luta por uma educação pública, de qualidade e humanística desde a educação básica e a maneira exequível para a equalização da sociedade no que se refere a igualdade das condições de oportunidades inerentes ao ensino.

Diante dessa realidade, o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao âmbito socialmente necessitado da instituição escolar torna-se essencial, haja vista, que a dominação advinda das formas de desigualdades está presente no contexto educacional. Dentro desse contexto, a oportunidade de contribuir à implantação de um projeto voltado a área social, apresentando como resultado conhecimentos práticos no processo de desenvolvimento social e humano.

Sendo assim, a democratização do acesso e permanência à educação é um fator importante para reduzir as desigualdades sociais, principalmente no ensino superior.

Por esta razão, é imprescindível que a universidade pública reflita e repense o seu compromisso para com o estudante de origem popular, arguindo de que forma está contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, e menos excludente e dogmática (funcionalista), pois todos estes nutrem a esperança de um futuro promissor; e se a universidade não proporcionar formas de acesso e permanência, as adversidades (fatores socioeconômicos) os impossibilitaram de conseguirem a conquista desse objetivo maior.

Partindo desse pressuposto, acredita-se e se espera que a referida pesquisa desperte o interesse pela realidade da democratização no campo educacional e na expectativa de que outros desbravem as fronteiras do conhecimento reivindicando a democratização do acesso e permanência a fim de que se possa refletir para realizar as modificações necessárias para a melhoria dos resultados na igualdade de oportunidades aos estudantes de origem popular.

Entretanto, deve-se mencionar que isto implica na realização de um novo desenvolvimento econômico-social direcionado para as reais necessidades humanas, para a valorização do homem e do trabalho por meio do resgate ao humanismo, pois é o homem quem constrói a ciência e a tecnologia e ele não pode se deixar dominar pelos meios tecnocráticos.

A partir disso, acredita-se que novas discussões sejam suscitadas sobre as múltiplas facetas de transformação do campo educacional, por outros pesquisadores que, porventura, venham a se interessar pela referida temática e área de atuação de forma a analisar objetivamente o contexto socioeconômico, político e cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jerusa da Silva Gonçalves; TEIXEIRA, Gilson Ruy Monteiro. **A educação no período colonial: o sentido da educação na dominação das almas**. Trilhas Belém, v. 1, n. 2, p. 56-65, nov., 2000.

ALTHUSSER, Louis P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. et al. **Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil**. In. BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa. **Educação superior no Brasil: 10 anos pós LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 71-88.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1990. (Serie legislação brasileira).

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2007-2012/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2012/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso: 27 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior (CENSUP) 2010** – resumo técnico. Brasília: MEC, 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 29 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Base da Educação Nacional**, Brasília. DF: MEC, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

- CASTANHO, Sérgio. **Educação e trabalho no Brasil Colônia**. São Paulo: UNICAMP, s.d.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem e teatro das sombras**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Relume Dumará, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2010.
- FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In. GENTILI, Pablo. (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 1990.
- GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. Disponível em <http://firgoa.usc.es/drupal/node/3036>. 24/03/2004. Acesso em: 30/10/2011.
- \_\_\_\_\_. (org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988.
- HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Caderno Cedes. Ano XXI, n. 55, Novembro, 2001.
- JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 26 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MAGALHÃES, Solange Martins de Oliveira; BARBOSA, Ivone Garcia. **Do topo de uma montanha temos um ótimo ângulo da visão das coisas... mas será que podemos ver tudo?**: Uma reflexão sobre as políticas públicas para a educação da infância. Disponível em [http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808). 2005. Acesso em 21/08/2011.

MANCEBO, Deise. **Reforma da educação superior**: o debate sobre a igualdade no acesso. In. BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa. **Educação superior no Brasil**: 10 anos pós LDB. Brasília: INEP, 2008. p. 55-70.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feurbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. 3 ed. Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2009. (Coleção a obra-prima de cada autor).

NASCIMENTO, Maria Isabel. **O império e as primeiras tentativas de Organização da educação nacional (1822-1889)**. Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP-Faculdade de Educação, s.d.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. **Gramsci, o estado e a nova pedagogia da hegemonia**. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

SEIFFERT, Otília Maria Lúcia Barbosa; HAGE, Salomão Mufarej. **Política de ações afirmativas para a educação superior no Brasil: da intenção à realidade**. In. BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa. **Educação superior no Brasil**: 10 anos pós LDB. Brasília: INEP, 2008. p. 137-162.

SILVA, Sergio Almeida da; MAZZUCO, Neiva Gallina. **História e políticas de educação no Brasil Império**. Artigo apresentado no II Seminário Nacional Estado e políticas sociais no Brasil. UNIOESTE – campus de Cascavel, outubro de 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Tomaz Tadeu. (Orgs.) **Neoliberalismo, Qualidade total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SIMIONATTO, Ivete. **A cultura do capitalismo globalizado**: Novos consensos e novas subalternidades. In. COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, André de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Atual, 2007.

VALENTIM, Daniela Frida Delich. **A experiência das ações afirmativas na UERJ**: problematizando a questão do mérito. Artigo apresentado no XIII ENDIPE/2006.

WANDERLEY, Luis Eduardo. **O que é universidade?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S. A., 1982.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ZAGO, Nadir. Revista brasileira de Educação. **Do acesso a permanência no ensino superior**: percurso de estudantes universitários de camadas populares. v. 11, n. 32. maio/agosto de 2006.

**APÊNDICES**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Pesquisa: Meritocracia no Ensino superior sob a perspectiva do discurso neoliberal: o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas do Estado do Amapá

Prezado acadêmico, respectiva pesquisa possui o objetivo de analisar o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas Instituições de ensino público (IES) do Estado. Solicitamos a sua colaboração, no sentido de responder por completo e com muita atenção o instrumento a seguir. Asseguramos que as informações obtidas serão única e exclusivamente, utilizadas na defesa de conclusão de curso. Garantimos que as informações por você fornecidas serão mantidas sob sigilo e suas respostas ficarão totalmente anônimas.

Pesquisador: Benedito S. Fernandes Pastana.

1. Curso: \_\_\_\_\_.
2. Ano de ingresso na UNIFAP e o semestre: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_
3. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
4. Idade: ( ) até 17 anos ( ) de 18 a 20 anos ( ) de 21 a 23 anos ( ) de 24 a 26 anos ( ) acima de 26 anos
5. Situação escolar dos pais:
  - ( ) Analfabeto
  - ( ) Ensino fundamental incompleto
  - ( ) Ensino fundamental completo
  - ( ) Ensino médio incompleto
  - ( ) Ensino médio completo
  - ( ) Ensino superior incompleto
  - ( ) Ensino superior completo
  - ( ) Especialização
  - ( ) Mestrado
  - ( ) Doutorado
  - ( ) Pós-doutorado
6. Em que tipo de estabelecimento de ensino você cursou o Ensino básico (ensino fundamental e médio).
  - ( ) Todo em escola(s) pública(s)
  - ( ) Todos em escola(s) particulares(s)
  - ( ) A maior parte em escola(s) pública(s)
  - ( ) A maior parte em escola(s) particulare(s)
  - ( ) Iguais períodos em escola(s) particular(es) e pública(s)
7. Renda mensal:
  - ( ) Até 1 salário mínimo
  - ( ) até 2 salários mínimos
  - ( ) até 3 salários mínimos
  - ( ) até 5 salários mínimos
  - ( ) acima de 5 salários mínimos
8. Forma de ingresso na UNIFAP:
  - ( ) Vestibular – processo seletivo
  - ( ) ENEM
  - ( ) Outro: \_\_\_\_\_.
9. De onde provém sua renda:
  - ( ) Emprego público
  - ( ) Emprego particular
  - ( ) Bolsa remunerada na universidade – Qual? \_\_\_\_\_.
  - ( ) Estágio remunerado – Qual? \_\_\_\_\_.
  - ( ) Outros. Especifique: \_\_\_\_\_.
  - ( ) Recebe ajuda dos pais ou responsáveis.
10. Você já teve alguma reprovação

( ) sim ( ) não

11. Enumere de 1 a 5, por ordem de prioridade, as facilidades de permanência na Universidade enquanto estudante universitário.

( ) Restaurante universitário

( ) Bolsas e benefícios

( ) Qualidade do quadro profissional

( ) Apoio a pesquisa

( ) Serviços on-line oferecidos

12. Enumere de 1 a 5, por ordem de prioridade, as dificuldades de permanência na Universidade enquanto estudante universitário.

( ) Transporte

( ) Alimentação

( ) Acesso a livros-texto e fotocópias

( ) Burocracia universitária

( ) Alto custo para permanência na universidade.

13. Frequentou curso pré-vestibular

( ) Sim. ( ) Não. Qual? \_\_\_\_\_

14. Principal fonte de informação.

( ) TV ( ) Internet ( ) Revistas ( ) Jornal impresso ( ) Rádio ( ) Outros ( ) Não se informa.

15. Existem discussões para a implantação de algum outro modelo de processo seletivo em sua universidade.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

16. Sua Instituição de Ensino possui algum mecanismo que facilita a inscrição de alunos economicamente carentes em seu processo seletivo? Qual(is)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

17. Você considera os processos seletivos utilizados por esta Instituição de Ensino, justos para selecionar seus alunos? Qual o processo seletivo você considera mais democrático?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

18. Qual seria a alternativa para reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Pesquisa: Meritocracia no Ensino superior sob a perspectiva do discurso neoliberal: o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas do Estado do Amapá

Prezado acadêmico, respectiva pesquisa possui o objetivo de analisar o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nas Instituições de ensino público (IES) do Estado. Solicitamos a sua colaboração, no sentido de responder por completo e com muita atenção o instrumento a seguir. Asseguramos que as informações obtidas serão única e exclusivamente, utilizadas na defesa de conclusão de curso. Garantimos que as informações por você fornecidas serão mantidas sob sigilo e suas respostas ficarão totalmente anônimas.  
Pesquisador: Benedito S. Fernandes Pastana.

1. Curso: \_\_\_\_\_.
2. Ano de ingresso na UEAP e o semestre: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_
3. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
4. Idade: ( ) até 17 anos ( ) de 18 a 20 anos ( ) de 21 a 23 anos ( ) de 24 a 26 anos ( ) acima de 26 anos
5. Situação escolar do pai:
  - ( ) Analfabeto
  - ( ) Ensino fundamental incompleto
  - ( ) Ensino fundamental completo
  - ( ) Ensino médio incompleto
  - ( ) Ensino médio completo
  - ( ) Ensino superior incompleto
  - ( ) Ensino superior completo
  - ( ) Especialização
  - ( ) Mestrado
  - ( ) Doutorado
  - ( ) Pós-doutorado
6. Situação escolar da mãe:
  - ( ) Analfabeto
  - ( ) Ensino fundamental incompleto
  - ( ) Ensino fundamental completo
  - ( ) Ensino médio incompleto
  - ( ) Ensino médio completo
  - ( ) Ensino superior incompleto
  - ( ) Ensino superior completo
  - ( ) Especialização
  - ( ) Mestrado
  - ( ) Doutorado
  - ( ) Pós-doutorado
7. Em que tipo de estabelecimento de ensino você cursou o Ensino básico (ensino fundamental e médio).
  - ( ) Todo em escola(s) pública(s)
  - ( ) Todos em escola(s) particulares(s)
  - ( ) A maior parte em escola(s) pública(s)
  - ( ) A maior parte em escola(s) particulare(s)
  - ( ) Iguais períodos em escola(s) particular(es) e pública(s)
8. Renda mensal:
  - ( ) Até 1 salário mínimo
  - ( ) até 2 salários mínimos
  - ( ) até 3 salários mínimos
  - ( ) até 5 salários mínimos
  - ( ) acima de 5 salários mínimos

9. Forma de ingresso na UEAP:

( ) Vestibular – processo seletivo

( ) ENEM

( ) Outro: \_\_\_\_\_.

10. De onde provém sua renda:

( ) Emprego público

( ) Emprego particular

( ) Bolsa remunerada na universidade – Qual? \_\_\_\_\_.

( ) Estágio remunerado – Qual? \_\_\_\_\_.

( ) Outros. Especifique: \_\_\_\_\_.

( ) Recebe ajuda dos pais ou responsáveis.

11. Você já teve alguma reprovação

( ) sim ( ) não

12. Quais as facilidades de permanência na Universidade enquanto estudante universitário.

( ) Bolsas e benefícios

( ) Qualidade do quadro profissional

( ) Apoio a pesquisa

( ) Serviços on-line oferecidos

13. Quais dificuldades de permanência na Universidade enquanto estudante universitário.

( ) Transporte

( ) Alimentação

( ) Acesso a livros-texto e fotocópias

( ) Burocracia universitária

( ) Alto custo para permanência na universidade.

14. Frequentou curso pré-vestibular

( ) Sim. ( ) Não. Qual? \_\_\_\_\_

15. Principal fonte de informação.

( ) TV ( ) Internet ( ) Revistas ( ) Jornal impresso ( ) Rádio ( ) Outros ( ) Não se informa.

16. Existem discussões para a implantação de algum outro modelo de processo seletivo em sua universidade.

---



---



---

17. Sua Instituição de Ensino possui algum mecanismo que facilita a inscrição de alunos economicamente carentes em seu processo seletivo? Qual(is)?

---



---



---

18. Você considera os processos seletivos utilizados por esta Instituição de Ensino, justos para selecionar seus alunos? Qual o processo seletivo você considera mais democrático?

---



---



---

19. Qual seria a alternativa para reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior.

---



---



---